

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e dezoito.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Bem-vindos a esta Sessão da Assembleia Municipal.

Vamos iniciar os nossos trabalhos e dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente a Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia e que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pela Dra. Patrícia Alexandra Tavares Santos.

Igualmente o Sr. Deputado Eng.<sup>o</sup> Rafael Sousa Costa estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Eng.<sup>o</sup> Rui Daniel Dias Fernandes.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também estava ausente e solicitou substituição tendo sido substituído pelo Sr. José António Gomes Guilherme.

A Sra. Deputada Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas estava igualmente ausente e solicitou substituição tendo sido substituída pelo Dr. André Duarte Pereira.

Também a Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Maria Filipe Bandeira estava ausente e foi substituída pelo Tesoureiro da Junta Sr. José António Garcia Pinto.

Igualmente o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia também estava ausente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia Sr. Joaquim Adelino da Costa Garcia.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira também estava ausente.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Manuel Fernando Morais da Silva Garcia, em substituição do Sr. Vereador Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passamos de seguida à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito.

Há alguma alteração ao teor da ata? Não havendo alterações passávamos à votação da ata.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º,

ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de integração do Município de Oliveira do Hospital na Associação de Municípios do Portugal Romano.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Isenção de Taxas na sequência dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à realização da 16.ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00€ (sete mil euros).

V - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2018.

VI - Apreciação e votação da proposta de Fixação da Taxa do IMI para o ano de 2019, nos termos do n.º 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2019 em função do número de dependentes.

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao expediente recebido e expedido esta informação já está na vossa posse. Desde o envio da documentação e a realização desta reunião não houve expediente relevante.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passarmos às inscrições para o período de Antes da Ordem do Dia queria aqui levantar uma pequena questão que é a seguinte: Recordam-se certamente que na Sessão da Assembleia Municipal de dezembro foi decidido que as Senhas de Presença dessa Sessão e os abonos para deslocação, que por acaso acho injusto porque as pessoas não estão todas em igualdade de circunstâncias, reverteriam a favor da conta solidária de apoio às vítimas dos incêndios. Pedi um ponto da situação, como sabem é competência da

Assembleia fazer a verificação do cumprimento das deliberações, e há ainda uns esquecimentos. Solicito às pessoas que se esqueceram para procederem à regularização da situação porque na próxima Sessão da Assembleia Municipal faço um ponto da situação com o nome dos faltosos. Espero que não haja faltosos, e em princípio não haverá, até porque as pessoas vincularam-se e ninguém foi obrigado e certamente que honrarão aquilo a que se comprometeram.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de iniciar a minha intervenção, e relativamente ao donativo para a conta solidária para as vítimas dos incêndios, quero assumir aqui que eu sou um desses caloteiros. Eu não estive nessa Assembleia Municipal onde foi aprovada essa deliberação e tomei consciência dessa deliberação na última Sessão da Assembleia aquando da intervenção do Deputado João Ramalhete e por isso irei fazer a transferência para a conta solidária.

O que me traz aqui hoje é fruto daquilo que temos assistido nos últimos dias e por isso trago uma Moção de Voto de Reconhecimento:

Pelo que vou expor em seguida entendo que esta Assembleia Municipal deve aprovar um voto de reconhecimento pelo esforço, empenho e dedicação que o atual Executivo Camarário e os Executivos das Juntas de Freguesia têm tido para resolver todos os dramas sociais em que centenas de concidadãos nossos se viram colocados, fruto da tragédia de 15 de outubro.

Temos assistido nos últimos dias a ataques escabrosos por parte de alguma comunicação social nacional, acompanhada de alguns elementos locais, ao empenho, esforço e dedicação dos muitos Autarcas que sofreram nos seus municípios a força destruidora dos incêndios de 15 de outubro.

Autarcas que se têm dedicado noite e dia, com claros prejuízos para sua própria vida privada, na defesa e numa luta incessante para conseguirem a mais rápida e possível resolução da condição a que foram remetidos todos aqueles que sofreram com essa tragédia.

Estes ataques são falaciosos. São cirúrgica e estrategicamente pensados para atingir, na sua esmagadora maioria, municípios geridos pelo Partido Socialista e o próprio Governo, desses municípios um dos mais visados nesses ataques hediondos tem sido o de Oliveira do Hospital.

Esta forma de agir, percebe-se, está empenhada em atacar gestões socialistas, num conluio de interesses, com o objetivo claro de atingir esses mesmos executivos socialistas.

Os métodos utilizados preconizam a mentira, a demagogia, a deturpação dos factos para, de uma forma oportunista, irem com o empolar da desgraça de seres humanos, de pessoas, a tragédia de que foram vítimas, no trabalho de uma vida, e mais grave ainda, nas próprias vidas humanas.

Esta situação demonstra um total desrespeito pela dignidade das pessoas que tudo perderam, muitos mesmo com perda de familiares e amigos.

A estas famílias, como todos nós bem sabemos, já chegaram as devidas indemnizações, quer aos casos de menor gravidade, quer aos mais graves, às famílias que tudo perderam incluindo os seus entes queridos.

Raras são as exceções em que ainda nada pôde ser feito, situações que se encontram ainda em análise por parte dos organismos competentes, e que todos desejamos venham a apresentar rápida resolução.

Estes atores, não estão ao serviço da comunidade, estão sim ao serviço de interesses individuais que a breve trecho serão esclarecidos.

Ora, no que à atuação do Executivo Camarário de Oliveira do Hospital diz respeito, temos de realçar por exemplo que, das cento e vinte e sete candidaturas validadas ao Programa de Apoio à Reconstrução e Recuperação de Habitação Permanente, temos já quarenta e nove casas concluídas.

Temos ainda, da responsabilidade da CCDRC, mais outras quarenta e nove casas adjudicadas ao consórcio Gabriel Couto e Manteivias, e cuja morosidade ou rapidez é da responsabilidade daqueles, organismo e consórcio, e não do Município do qual o Executivo tudo tem feito para acelerar os processos, diga-se.

E, neste campo, relativamente ainda à falsa acusação de eventual falta de convite a construtoras locais, tal acusação é absolutamente infundada.

Várias construtoras de Nogueira do Cravo, Santa Ovais e Lagares da Beira foram convidadas pelo Sr. Presidente da Câmara para analisarem a proposta dos valores da CCDRC mas, em reunião deste organismo, todas rejeitaram o valor proposto de construção por metro quadrado. Ora, estas empresas não aceitaram, outro houve que aceitou o valor proposto, e que é o consórcio a quem foi adjudicada a realização dessas obras, e do qual é a responsabilidade do *timing* para a conclusão das empreitadas.

A recusa das empresas aqui do burgo, resulta de um diferencial de cerca de duzentos euros, acréscimo de valor esse que estas empresas pretendiam para aceitar realizar essas obras, retirem as ilações que entenderem.

Quanto às situações sinalizadas no nosso Concelho, de famílias que tudo perderam, é do domínio público e de todos nós por maioria de razão, este Executivo conjuntamente com as Juntas de Freguesia, todas sem exceção, com um esforço e dedicação titânico, conseguiu que todos fossem realojados, não existindo nenhuma família sem um teto.

Já relativamente aos apoios às empresas afetadas no Concelho de Oliveira, temos setenta e quatro candidaturas aprovadas, e os apoios tem estado a chegar aos empresários, o que contraria o que foi dito na peça vergonhosa que todos visionámos na televisão.

Todos nós aqui presentes sabemos que, se não fosse o empenho e dedicação total deste Executivo Camarário, talvez não estivéssemos hoje com o nível de apoios concedidos, mas o certo é que estamos, e isso deve-se claramente e em primeira linha ao trabalho desenvolvido por este Executivo.

Todos nós aqui nesta sala sabemos ser absolutamente falso o que foi dito contra o atual Executivo Municipal.

Por tudo isto e por tudo o que faltou ainda dizer e esclarecer, pelo empenho diário deste Executivo, desde aquele dia fatídico, que tudo fez para ser ouvido nos mais diversos orgânicos, locais, nacionais e mesmo comunitários, o que permitiu e possibilitou encontrar soluções, conseguindo resolver muitas das situações de desgraça humana para a qual se viram atiradas tantas e tantas pessoas, proponho que esta Assembleia Municipal aprove um voto de reconhecimento ao Executivo Municipal de Oliveira do Hospital e aos Executivos das Juntas de Freguesia, pelo esforço, empenho, dedicação e sentido de missão no último ano na defesa das desgraças sociais dos nossos concidadãos sofridas com a tragédia de 15 de outubro.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Não percebi bem se era um Voto de Reconhecimento à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia? Inicialmente pareceu-me que era um Voto de Louvor. Eu não percebi bem!

Se é Voto de Reconhecimento acho que também se devia estender esse Voto de Reconhecimento a outras instituições e à população em geral porque

também contribuíram para que haja um renascimento do Concelho de Oliveira do Hospital.

Vou aprovar esse Voto de Reconhecimento mas gostaria que fosse frisada a população e certas Associações que também contribuem para o incremento do desenvolvimento e deverá ser feito esse reconhecimento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Perante o Voto de Reconhecimento que aqui foi proposto, e que está neste momento em discussão, teria forçosamente que dizer umas palavras.

Cada um de nós que aqui está nesta sala deve obediência, antes de mais e sobretudo à sua consciência. É exatamente por esse facto que senti a necessidade de vir aqui, agora, antes da votação. Isto porquê? Eu sou eleito pelas listas do PS todavia sou um deputado independente. Ouvi atentamente o que o Deputado Francisco Garcia aqui disse. Entendo, por todas as razões e mais algumas, que este voto deve ser aprovado por unanimidade. E para ser aprovado por unanimidade não me parece que deva conter referencias expressas a qualquer força partidária.

O que está aqui hoje a fazer-se é, do meu ponto de vista, o reconhecimento mais do que justo a todos aqueles que cumprindo desde logo e antes de mais as suas obrigações, porque foram eleitos para isso, mas também todos aqueles que não tendo sido eleitos para nada deram do seu tempo, do seu esforço, do seu património, para que a tragédia que aconteceu no dia 15 e 16 de outubro fosse minorada por todos aqueles que a sentiram na pele.

Aprovarei obviamente este Voto no entanto gostaria que as referências que são feitas ao Partido Socialista não constassem do mesmo por razões obvias.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tendo em conta as duas últimas intervenções dou a palavra ao proponente do Voto de Reconhecimento, embora me pareça que efetivamente o povo, as equipas de apoio, todos os técnicos, os voluntários, as associações são também merecedoras deste voto porque realmente esta infelicidade que nos aconteceu também teve o mérito de nos unir. Houve um movimento conjunto que eu penso que merece a pena salientar. Esta é a minha opinião mas dou a palavra ao proponente do Voto de Reconhecimento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente às entidades privadas que desenvolveram todo esse processo de auxílio e ajuda às populações não as incluí porque ao longo dos tempos temos vindo a falar nisso e a valorar todo o empenho dessas organizações.

Este Voto de Reconhecimento tem como intenção a defesa do empenho dos autarcas porque foram os autarcas que foram atacados e não foram as IPSS, nem as populações de Lagares da Beira, nem as populações de Nogueira do Cravo, ou da Pampilhosa da Serra e, por isso, se assim entenderam todos, não me oponho à inclusão de outras entidades mas o objetivo é a defesa dos autarcas.

Relativamente às referências ao Partido Socialista: Se isso choca, eu não tenho nada a opor e, onde se lê “municípios geridos pelo Partido Socialista” poderá colocar-se só alguns concelhos sem mencionarmos se são do PS do PSD ou do CDS.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu percebo que todo o enquadramento deste Voto tem obviamente a ver também com o momento que se vive. Eu compreendo! Este Voto destinava-se a apoiar especificamente os autarcas mas é a Assembleia que decide.

Naturalmente que os autarcas foram os líderes, todos sabemos, e para isso eles foram eleitos e estiveram à altura das expectativas na condução de todo este processo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a esta proposta de reconhecimento que foi aqui apresentada e quanto a este pequeno reparo feito numa intervenção de um Deputado do PSD só tenho a dizer o seguinte: Obviamente que as tragédias que se passaram em junho e em outubro do ano passado atingiram todos e não há aqui uma questão de cores, nem se foi o partido A, o partido B ou o partido C. Atingiu seguramente autarquias do Partido Socialista, atingiu autarquias do PSD e do CDS e quando falo em autarquias falo em Municípios e Freguesias. Isto foi

muito mau para todos e a desgraça que infelizmente nos atingiu a todos não escolheu cores mas escolheu pessoas e escolheu territórios e foi aquilo a que todos nós assistimos.

Houve muita ajuda de voluntários, de associações, de bombeiros, de uma quantidade de entidades que não são eleitas, como aqui foi dito. É claro que cabe em primeira mão aos autarcas eleitos, porque foi para isso que eles foram eleitos, defenderem os interesses das nossas populações e os autarcas obviamente estiveram desde o início na primeira linha. Aos autarcas associou-se tanta gente, que nós não conhecíamos de parte nenhuma, para acudir à desgraça que atingiu todas as nossas pessoas.

Devo dizer também muito sinceramente que a palavra Partido Socialista desapareça desta proposta que foi apresentada.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Parece-me que neste contexto seria de considerarmos a possibilidade de pormos à votação este Voto de Reconhecimento alargando-o, uma vez que o proponente do mesmo não se importa, e ouvindo todas as intervenções eu sugeriria o seguinte texto depois de todas as considerações: “Proponho que esta Assembleia Municipal aprove um voto de reconhecimento ao Executivo Municipal de Oliveira do Hospital e aos Executivos das Juntas de Freguesia, ao povo, equipas e funcionários, entidades públicas e privadas, voluntários e associações cívicas, pelo esforço, empenho, dedicação e sentido de missão no último ano na defesa das desgraças sociais dos nossos concidadãos sofridas com a tragédia de 15 de outubro.”

Se se sentirem confortáveis com esta redação eu penso que ela exprimirá o sentir das pessoas que têm estado de espírito aberto a seguir o que tem sido a vida do nosso Concelho neste ano.

Se não há nada o opor a esta redação passaríamos à votação do Voto de Reconhecimento.”

Efetuada a votação, a Moção de Voto de Reconhecimento, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Salientar aqui alguns eventos. Os incêndios tocaram-nos a todos de uma forma bastante negativa mas que não impediram que este Executivo Municipal continuasse a sua atividade e a realização de vários eventos. Estes eventos são uma mais-valia e é uma forma da nossa população esquecer por alguns momentos aquilo que realmente os atingiu.

Começo pela EXPOH para dizer que foi um evento que habitualmente se tem realizado. Este ano teve um cartaz mais económico mas que, ainda assim, não deixou de ter aquela afluência a que nos habituaram nos últimos anos, teve uma participação bastante grande embora com um cartaz mais económico.

Depois tivemos a chegada da Terceira Etapa da Volta a Portugal em bicicleta que teve uma grande projeção do Concelho, como todos demos conta. Esta etapa atravessou os vários Concelhos que foram atingidos pelos incêndios e culminou com a chegada da etapa a Oliveira do Hospital e com a presença do Sr. Presidente da República.

Tivemos a Volta a Portugal do Futuro com uma etapa a realizar-se praticamente no Concelho de Oliveira do Hospital e que terminou no Monte do Colcurinho. Esta etapa atravessou o nosso Concelho, passou pelas diferentes Freguesias, e portanto foi um motivo também de algum dinamismo e de alguma participação das populações que se deslocaram a vários locais para verem a passagem da Volta a Portugal do Futuro.

Tivemos também a equipa do Sport Lisboa e Benfica que veio realizar um jogo de hóquei em patins onde tivemos o pavilhão Gimnodesportivo praticamente cheio e também foi um dos momentos altos no Concelho.

Não esquecendo outras iniciativas, como por exemplo no âmbito da CIM: A CIM está a organizar alguns eventos culturais em parceria com vários Municípios. Aqui no Município de Oliveira do Hospital foi realizado um concerto com o artista Vitorino e que foi também um momento bom para o Concelho de Oliveira do Hospital.

Não esquecendo outras iniciativas que mobilizam e contribuem para a qualidade de vida dos Oliveirenses destacando entre muitas o Programa Move-te que já é uma marca no período de verão. Durante cerca de dois meses de actividades diversificadas e de intenso convívio foram praticadas mais ou menos dezassete modalidades diferentes, com dezasseis entidades parceiras, tendo-se ultrapassado claramente as mil participações.

Mais uma vez foi organizado o torneio de futebol de sete inter-freguesias com o apoio das diversas Juntas de Freguesia que participaram neste evento e

que mobilizou e incentivou uma série de Oliveirenses a praticar desporto e a ter um estilo de vida saudável.

Se a tudo isto juntarmos o importante trabalho desenvolvido por clubes, associações e grupos culturais constatamos um intenso trabalho que contribui para afirmar Oliveira do Hospital como Concelho vivo e dinâmico onde vale a pena viver.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto em causa, na presente intervenção, reporta-se a um tema que, além de sensível, tem sido, nos últimos dias, muito comentado, sobretudo na comunicação social. Estou, naturalmente, a falar dos auxílios a prestar aos Oliveirenses lesados pelos fatídicos incêndios que assolaram o nosso Concelho, e Concelhos limítrofes, nos passados dias 15 e 16 de outubro de 2017. Mas, pretendo centrar concretamente a intervenção nos auxílios prestados aos nível de roupas e artigos de cuidados de higiene,

Como sabemos, o espírito de solidariedade nacional bafejou o nosso Concelho com donativos de grandes quantidades de peças de vestuário e outros artigos designadamente para cuidados de higiene.

Uma parte significativa de tais donativos foi armazenada nas infraestruturas do parque de estacionamento subterrâneo da nossa cidade, o que conduziu, naturalmente, ao encerramento deste para aquele que é o seu objeto principal, ou seja, estacionamento de viaturas.

Volvidos que estão quase doze meses desde aqueles fatídicos dias, a verdade é que, ao que parasse, e atualize-me o Sr. Presidente tal informação se assim não for, o dito espaço continua a servir de armazém de alguns dos referidos donativos.

Assim, urge questionar se alguns dos bens que ali foram armazenados, ainda ali continuam? Em caso afirmativo, será que não têm destinatário? Será que ninguém precisa deles?

É que, dada a natureza dos bens, e os locais onde se encontram, parece-me, salvo o devido respeito, que estarão certamente a degradar-se, a ponto de poderem num futuro próximo ficar completamente inutilizados.

Será que é melhor continuarem armazenados ou distribuí-los por quem deles necessita, mesmo que a carência não decorra dos incêndios?

É que além da grande probabilidade de se deteriorarem e ficarem inutilizados, encontram-se a ocupar, pelo menos no que concerne ao parque de

estacionamento subterrâneo, uma infraestrutura de extrema utilidade para os habitantes do nosso Concelho, e de todas as pessoas que nos visitam.

A cidade de Oliveira do Hospital, padece, pelo menos, nas vias onde se encontra centrada a maior parte dos serviços, de grandes dificuldades de estacionamento.

É assim diariamente, pelo menos em grande parte do dia, e pior esteve no período de verão, com imensos imigrantes a visitarem e a permanecerem na cidade de Oliveira do Hospital, onde o estacionamento de viaturas foi um enorme problema que certamente saltou à vista de todos.

Poder-me-ão dizer que aquela infraestrutura não é a solução para o problema do estacionamento de viaturas na cidade. Terão certamente razão!

Porém, todos os lugares de estacionamento são bem-vindos, aumentando a capacidade de estacionamento na cidade, sobretudo em locais que foram concebidos para o efeito.

Bem sei que este assunto foi já questionado em Assembleias anteriores, no entanto, e porque o parque de estacionamento continua encerrado, queira o Sr. Presidente informar-nos o motivo para tal situação, e quais as diligências que pretende adotar para alterar a mesma.

Obrigada!”

Depois, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Brindo-vos desde já com um sorriso, e em tom de brincadeira deixei-me que vos diga que não é dos mais bonitos, mas Oliveira do Hospital tem mais um motivo para sorrir. Infelizmente as notícias que temos ouvido não são as mais benéficas mas Oliveira do Hospital tem, de facto, motivos para sorrir. Aquilo que eu vou aqui dizer é um motivo muito válido para sorrirmos porque todos os Oliveirenses vão ser brindados com o novo serviço de saúde oral.

Sabemos todos da importância de uma boa saúde oral. A saúde oral é um fator determinante para a saúde e qualidade de vida global e dadas as suas implicações no nosso bem-estar e na nossa auto-estima e conseqüentemente na forma como nos relacionamos com terceiros.

Reconhecendo esta importância, uma vez mais, o nosso Presidente e o seu Executivo, assumem uma visão clara do que pretendem para os Oliveirenses. Devemos pois saber que o Presidente do Município de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino, celebrou no dia dezoito de julho, em Lisboa, um protocolo de colaboração com o Ministério da Saúde que visa a criação de um

consultório de saúde oral no Centro de Saúde local. Este protocolo assinado com a Administração Regional de Saúde do Centro insere-se no âmbito do Programa do Governo “Saúde Oral para Todos” e vai permitir que os utentes possam ter acesso a consultas de médicos dentistas. A adesão a este projecto piloto, e mais uma vez reforço que somos pioneiros, proporcionará o alargamento da prestação de consultas de saúde oral através do serviço nacional de saúde.

Este projecto surge no âmbito das políticas de apoio social que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem vindo a implementar e representam um investimento do Município na ordem dos trinta mil euros e que ficará com a responsabilidade do fornecimento da cadeira de dentista e equipamentos complementares como por exemplo Raio-X. Será de sublinhar que este consultório de saúde oral estará aberto a todos os Oliveirenses mas, de acordo com o programa, abrangerá prioritariamente os doentes com problemas de maior gravidade e em situação de maior carência económica em tratamentos como extracções, obturações, desvitalizações, além de diagnóstico de doenças.

Ainda, numa onda de boas notícias, devo informar que, em resultado do concurso que tinha sido previamente anunciado para a colocação de médicos, neste momento o Centro da Saúde já tem quatro médicos colocados.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui hoje na qualidade de Deputada do Partido Popular manifestar a concordância do partido para com a preocupação do Sr. Presidente da Câmara Municipal para com a proliferação anómala do eucalipto no território florestal do concelho que, a nosso ver, não só cria uma paisagem disfuncional avessa à paisagem local tradicional como também coloca em risco agravado a nossa florestas autóctone.

Ora, até aqui, Sr. Presidente, partilhamos o mesmo diagnóstico, contudo não posso naturalmente deixar de lhe apontar o silêncio e a omissão a que votou várias das perguntas que lhe foram feitas pela bancada do CDS - Partido Popular nas últimas Assembleias Municipais, no que concerne ao setor primário da região e ao ordenamento do nosso território florestal, fazemos portanto questão de relembrar a este Executivo números relevantes e de lhe colocar sucedaneamente algumas questões, é pois sabido publicamente que 40 % do território florestal é de posse omissa e portanto passível de ser intervencionado pela Câmara Municipal, algo que a acontecer mudaria radicalmente a situação

atual do setor e contribuiria decisivamente para uma organização territorial coesa e bem-sucedida, fulcral para o futuro não só da agricultura oliveirense como também para o nosso turismo, setor também significativo para a região, bem como para a sustentabilidade florestal do concelho, que passaria a ter rendimento acrescido. Por outro lado, é também perfeitamente compreensível que os privados não estejam dispostos a investir em culturas cuja sua rentabilidade é feita a vinte, trinta, ou quarenta anos, como são os casos da nossa floresta autóctone de carvalho, castanheiro ou nogueira. Assim, pergunto ao Sr. Presidente se existe, ou não existe, e se existe qual é a estratégia do executivo para esta área? Ou se, por outro lado, se limita a esperar por hipotética estratégia comum designada por um governo que abandonou os nossos agricultores?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“É inegável que o grande capital do futuro é o conhecimento, neste sentido a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem apostado fortemente nas áreas da cultura e da educação.

Não posso deixar de referir aquilo que de melhor de tem feito nestas áreas, correndo o risco de me esquecer de alguns projectos, mas aquilo que tem sido feito de melhor nestas áreas no nosso Concelho. É bom que todos saibamos quais os projectos e actividades desenvolvidos no Concelho de Oliveira do Hospital e passo a citar:

Oficina do Território – é um projecto pioneiro que tem como objectivo despertar o interesse das crianças pelo local onde habitam e conhecer o Concelho. Só se pode amar aquilo que se conhece. É este o lema deste projecto que envolveu quarenta turmas e quinhentos e quarenta e oito alunos do primeiro ciclo, do primeiro e segundo ano. Este projecto funciona também como actividade de enriquecimento curricular. Para 2019/2020 este projecto será leccionado aos alunos do terceiro e quarto ano envolvendo quatro docentes e duzentos e setenta alunos.

Oficina para Bebés - Foi organizada pela Biblioteca e destinou-se a bebés dos quatro aos três anos e foi considerado um sucesso.

Programa Clica Educa – Consiste no apetrechamento de equipamento informático faseado das escolas do Primeiro Ciclo e Pré-Escolar e inclui um computador para o professor, dois quadros e um projector por sala. Estão para

adjudicação quinze computadores, vinte e quatro quadros, doze projectores, num investimento de quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco euros, e trinta e quatro cêntimos.

Pequenos Cientistas - É um projeto de parceria com o Agrupamento de Escolas e é uma oferta complementar do ensino experimental no Primeiro Ciclo. As crianças das escolas da Bobadela, Lourosa, Meruge, São Paio de Gramaços, Seixo da Beira e Travanca de Lagos deslocam-se com o apoio da Autarquia aos Centros Escolares que estão equipados com laboratório de ciências.

Cheque Mais Educação – A Câmara Municipal oferece os cadernos de apoio, as denominadas fichas, de exercícios complementares aos manuais escolares a todos os alunos do Primeiro Ciclo. São apoiados com esta medida seiscentos e vinte e seis alunos prevendo-se uma despesa de vinte e cinco mil. Novecentos e noventa e um euros e quarenta e um cêntimos.

Refeições Escolares – São asseguradas cento e oitenta refeições diárias às crianças dos Jardins de Infância, sendo que almoça uma percentagem de noventa e dois virgula seis dos inscritos. Almoçam também quinhentos e setenta alunos do Primeiro Ciclo, sendo estes uma percentagem de noventa e um vírgula dois do total de alunos matriculados.

Transportes Escolares – São transportados diariamente e gratuitamente, neste momento, novecentos e vinte e nove alunos, num investimento de cerca de meio milhão de euros.

Escola Feliz – Com este projecto pretende-se que as crianças adquiram novas experiências e novos saberes no conhecimento escolar e a aquisição de um maior sentimento de pertença ao grupo.

Programa da Fruta Escolar - Consiste na distribuição de fruta na escola, abrange seiscentos e vinte e cinco alunos do Primeiro Ciclo e duzentos e quatro do Pré-Escolar, num investimento de cerca de seis mil euros.

Bolsas de Estudo para alunos do Ensino Superior – No ano lectivo anterior candidataram-se cento e trinta e três alunos tendo sido atribuídas quarenta e oito bolsas no valor de quarente nove mil quatrocentos e sessenta e um euros. Este ano as candidaturas decorrem de vinte e sete de setembro a nove de novembro.

Projeto Clima Agir – É um projecto com preocupações ambientais e abrange todos os níveis de ensino, pretende promover o debate alargado sobre as alterações climáticas e a floresta.

Um Projecto novo para este ano: Ensinar para voar – É um programa inovador de ensino e aprendizagem que pretende transformar a sala de aula e

possibilitar que todos os alunos aprendam mais e melhor ao seu ritmo e à sua medida.

Atividades de Verão – É um programa lúdico-pedagógico de ocupação de tempos livres para as crianças do Pré-Escolar organizado pelo Município em parceria com o Agrupamento de Escolas e decorreu no mês de agosto.

Leitores de Verão – É uma iniciativa do Município através da Rede de Bibliotecas Públicas Municipais que levou livros, revistas e jornais às praias fluviais do Concelho, às piscinas Municipais, às piscinas do Seixo da Beira e de Vilela.

Biblioteca do Largo – É um projecto de leitura do Município com a parceria da Unidade Móvel de Saúde da Fundação Aurélio Amaro Dinis. Consiste numa ação de promoção da leitura desenvolvido com as bibliotecas públicas Municipais.

Projeto Soltem Talentos - Foram apresentados e avaliados pelo júri quinze projectos.

Novo trabalho literário do Dr. Rodrigues Gonçalves com o título Brás Garcia de Mascarenhas.

Projeto Noites Saudáveis nas cidades do Centro de Portugal que tem como objectivo contribuir para o aumento da segurança e qualidade de vida dos contextos recreativos nocturnos das cidades da Região Centro. É um projecto novo.

Perante tudo isto, tenho que dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido, quer na área da educação, quer na área da cultura, e elogiar o trabalho desenvolvido pela Sra. Vereadora Graça Silva. É caso para dizer em Oliveira do Hospital respira-se cultura e investe-se no conhecimento.

Para terminar deixem-me apenas citar Fernando Pessoa: *“De tudo ficaram três coisas. A certeza de que estamos sempre começando, a certeza de que precisamos continuar, a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar. Portanto, devemos fazer da interrupção um caminho novo, da queda um paço de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro”.*”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dirigir um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo pela maneira rápida e eficiente com que foi recuperada a Praia Fluvial de Avô, que ainda veio a tempo de servir os veraneantes e as pessoas

que nos visitaram durante o mês de agosto e setembro, embora o mês de julho também tenha sido fraco a nível de tempo. Também gostaria de realçar que a Praia teve a visita, no dia quatro de agosto, do Sr. Presidente da República, foi uma visita inesperada.

A Praia Fluvial de Avô é uma referência no Concelho e tenho algum receio porque estamos no outono, temos o inverno a caminho, e aquela zona tem sido atingida por enxurradas, e espero que este ano não aconteça nada mas se por ventura acontecer solicito que a recuperação da praia seja mais rápida.

Relativamente à questão dos açudes foi-nos dito aqui em abril que foram atribuídos quatrocentos e cinquenta mil euros pela APA. Relativamente ao Rio Alva e a Avô estariam três açudes para serem recuperados, há mais no Concelho nomeadamente no Rio Mondego e no Rio Seia. Estamos no final de setembro e aquele dinheiro tinha que ser gasto até ao final do ano. Estamos a três meses do final do ano, e gostaria que nos fizesse o ponto da situação porque não gostaria de perder o dinheiro para o Concelho.

Esta semana foi abordado por dois Municípios que já tinham documentos referentes a tratores oferecidos pela Cáritas mas que ainda não têm os tratores na sua posse. Estamos a pouco mais de quinze dias do primeiro aniversário dos fatídicos incêndios e por isso questionava se há algum dia determinado para oferecer os tratores?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer que o Partido Popular votou favoravelmente o Voto de Reconhecimento porque acredita nos princípios éticos e morais com que cada autarca faz o seu trabalho e acredita também que nenhum autarca age com dolo, no entanto outra coisa seria pedir-nos que concordássemos com as coisas que os autarcas fazem. Se isso acontecesse eu faria como o Deputado Rui Monteiro e seria eleito de forma independente pelo Partido Socialista, e é por isso que aqui estou por outro partido para vir clarificar uma situação que, parece-me, não foi de bom-tom para os Oliveirenses, e foi retratada amplamente na última semana, e nós entendemos ser gravíssima. Gravíssima porque sobretudo envergonha os Oliveirenses e gravíssima porque objectivamente o renascimento vendido por este Executivo Municipal é afinal verbo-de-encher.

Pois, não se renasce se não houver reconstrução, reordenação e reestruturação. E esta podia e devia ser uma boa política de estratégia para o Partido Socialista Oliveirense mas não era a mesma coisa!

E se sobre reordenação e reestruturação é pública a inércia do Executivo Camarário, que se resume a uma peça da RTP sobre o eucalipto, ao mesmo tempo que ignorava os sucessivos reptos por mim feitos nesta Câmara por representação do Partido Popular no que concerne à reordenação do território onde a Câmara pode e deve ter um papel de destaque sobre reconstrução e percebemos com espanto e pesar os funestos números publicamente retratados na semana passada.

Mas, não se preocupe, Sr. Presidente, porque nós sabemos de onde vimos, não fossemos nós adjectivados por si de ignorantes como foi o respeitável empresário Nogueirense. Seremos pois de total autonomia da CCDR-Centro para conduzir os processos referentes à gestão dos fundos a atribuir e da reconstrução das habitações tomadas pelo Governo e por isso não vimos, nem podemos, a si e ao seu Executivo, acusar de ser o culpado pela forma deplorável, inaceitável e incompetente com que tem sido gerido este processo desde a sonogação das empresas Oliveirenses à ausência da reconstrução da habitação dos nossos cidadãos.

É pois o próprio Sr. Presidente, que reconhece como idealista o prazo dado pela CCDR-Centro, de trinta e um de dezembro, para a reconstrução das obras. Não obstante podemos e devemos visar o Sr. Presidente de Câmara pela facilidade, laxismo e até mesmo cumplicidade com que todo este processo se presta a um vexame às nossas gentes e parece-me a mim a vexar a todos e a eu próprio. Afinal se não é a si que cabe orquestrar o processo, é a si que cabe, enquanto nosso Presidente, defender indefectivelmente o interesse Oliveirense e não o fez. Não o fez, como o fez reconhecidamente noutras alturas, e, por isso, o Sr. Presidente falhou aos Oliveirenses.

Pois, ninguém honesto lhe pode pedir que construa as casas, nenhum Oliveirense, decerto, lhe pediu isso, mas aquilo que os Oliveirenses sentiram com aquelas imagens, continuam a sentir hoje. Sentimento de abandono e de vergonha alheia.

Não houve qualquer tipo de pressão política e pública, não houve nenhum processo reivindicativo, nem outros comunicados escritos de condenação e discordância e, sobretudo, de demarcação dos atos incompetentes praticados por esta CCDRC que tem zero casas construídas a seu cargo no nosso Concelho. Pelo contrário, há uma cumplicidade e uma reverência gritantes entre o Sr. Presidente e a Presidente daquela instituição que aliadas aos seus atos e declarações últimas, nomeadamente a atribuição de títulos de mérito, que discutiremos hoje, que nos levam a concluir que o Sr. Presidente prefere a

defesa do interesse do Partido Socialista, que é como quem diz da Presidente da CCDDR-C, uma nomeada do Partido Socialista, bem como do Governo Socialista em detrimento dos Oliveirenses que o elegeram.

Fica também manchado pela exclusão das empresas de construção Oliveirense no processo. Como se pode pois renascer se importantes serviços de empresas longínquas que agora acabam por subcontratar os serviços às nossas empresas ao invés de auxiliar os nossos empresários injectando dinheiro na economia local, criando postos de trabalho e, sobretudo, como é por si reconhecido, acelerando assim o processo de reconstrução de habitações ardidas de forma a recuperar a dignidade das famílias que se vêm privadas dos seus lares há um ano.

Esperava-se mais uma vez da sua parte proatividade no sentido de reivindicar adjudicações para as nossas empresas. Não podia ter aceitado menos pois menos é lesar o interesse Oliveirense.

Por último, queria novamente deixar, em nome do Partido Popular, uma palavra ao Sr. Presidente, referente aos nossos agricultores. É absolutamente inaceitável que estes sejam tratados pelo Governo Socialista como agentes económicos de segunda quando comparados a todos os outros agentes económicos lesados no que toca a todos. A lavoura pode e deve ocupar um lugar absolutamente fundamental no nosso Concelho, mais não seja pelo peso que ocupa na nossa tradição beirã, e não ser dotada ao abandono como tem sido feito pela Administração Central Socialista.

Contamos com a tenacidade do Sr. Presidente para liderar um processo reivindicativo em todas as frentes que dignifique as nossas gentes em todas as frentes.

Disse ontem que por vezes lhe parecia que os afectados pela catástrofe já se tinha dado há dez anos, oxalá possa concluir o seu mandato com estas situações resolvidas, pois não será por falta de colaboração séria do Partido Popular que isso não acontecerá.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Naturalmente que a sua intervenção, como todas as outras, depois será em tempo oportuno respondida pelo Sr. Presidente da Câmara mas quero já dizer-lhe o seguinte: Ouvi-o atentamente e o Senhor tem que fazer uma pesquisa porque a Sra. Presidente da CCDDR foi nomeada Vice-Presidente pelo

Partido Socialista, por mim e, há época, pelo Ministro Vieira da Silva, e foi nomeada Presidente pelo Governo PSD/CDS. Portanto, sejamos rigorosos!”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Não resisto a dizer que, para mim, verbo-de-encher são determinadas associações que prometiam mundos e fundos e agora ninguém os vê.

Relativamente a todo este processo o que eu gostaria de dizer é que sou solidário com os autarcas, sou solidário com as populações, sou solidário com os trabalhadores e sou solidário com as empresas. Mas, sou particularmente solidário com o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital porque sou testemunha que desde a primeira hora, até hoje, tem-se dedicado e tem trabalhado em prol do nosso Concelho.

Relativamente aos assuntos que me traziam aqui, vistas as coisas, parece que são de menor importância mas, têm o seu valor e, representam que em Oliveira do Hospital, apesar de tudo, se continua a fazer um bom trabalho.

Já aqui foi falado no Projeto Biblioteca no Largo. É claramente uma medida de inclusão social e cultural que nos permite andar no caminho certo.

Não posso deixar de falar no Orçamento Participativo Jovem que voltou, penso que o prazo foi até trinta e um de julho, e teremos provavelmente novidades em breve. É um projeto que permite a participação e inclusão política dos nossos jovens numa altura em que se diz tanto que os jovens estão afastados da política estas são claramente decisões políticas no sentido certo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Trazia aqui hoje uma intervenção que deve ser assinalada e registada porque às vezes costuma-se dizer que uma desgraça nunca vem só. Se nós tivemos uma grande desgraça em 15 e 16 de outubro, e essa é que é a nossa grande desgraça, aquilo que tenho que fazer aqui registo e mostrar a minha indignação, porque também é reflexo da indignação das populações locais, concretamente da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, nomeadamente a povoação de Ervedal. Passou-se, no meu entender, e no entender também da nossa população, outra desgraça.

Não se entende que depois de praticamente todo o nosso tecido florestal que foi varrido naquele fatídico incêndio e ficámos praticamente sem verde

nenhum, não só lá como também ao nível de todo o nosso Concelho. Aquilo que nós assistimos depois disto, e foi há muito pouco tempo, estou a reportar-me aos dias finais do mês de agosto, haver entidades públicas e estou a referir-me concretamente às Infraestruturas de Portugal que de uma forma, e eu não queria ser muito violento na adjetivação, quase como uma atitude selvagem, para não dizer outras coisas, em que assistimos ao abate total de plátanos centenários, vimos um crime público. Eu tinha que denunciar isto, aliás já o denunciei e já questionei e pedi explicações às Infraestruturas de Portugal. Questionei o porquê e a forma como aquele trabalho foi feito.

Eram plátanos enormes. Eram plátanos que foram chamuscados nos seus troncos pelos incêndios, porque eles não foram ardidos. Eram plátanos que estavam a vegetar naturalmente, estavam cheios de verde, e pura e simplesmente numa atitude arbitrária, sem qualquer consulta às autarquias locais, nomeadamente à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, mandados não sei por quem, há alguém responsável por isto, há alguém que mandou fazer aquele serviço, pura e simplesmente aquelas árvores foram abatidas na sua totalidade.

Estamos a falar de árvores com troncos demasiado largos e, se calhar, aquela madeira irá dar jeito a muito boa gente, e não sei a quem! Mas o que é certo é que eles foram abatidos. Foram abatidos aqueles mas também já foram abatidos mais naquelas condições. Assim como foram abatidas árvores que estavam na berma da estrada e que eram de privados. Eram árvores que estavam a vegetar e que não estavam secas e não tinham ardidado e que foram igualmente abatidas e a madeira levada.

Há aqui qualquer coisa que eu não entendo, que me ultrapassa completamente. Isto é demonstrativo de falta de bom senso de quem está a mandar fazer trabalhos destes e, há responsáveis, seguramente.

Espero bem que haja uma resposta ao meu pedido de explicações por parte das Infraestruturas de Portugal para saber porque é que se abatem árvores daquelas e daquela forma!

Não havia necessidade de as terem abatido na sua totalidade. Poder-se-ia eventualmente, eu até admito isso, que se pudesse cortar parte das árvores que por ventura pudessem causar alguma perigosidade mas nada disso foi tido em conta porque o abate foi total.

Quero aqui demonstrar a minha indignação enquanto autarca porque no fundo também represento a indignação das populações. Isto que foi feito é um crime! Vejo árvores como aquelas, à beira da estrada, em tantos sítios e que causam também jeito até pelo fresco que proporcionam e aqui faz-se um

autêntico crime. Isto é um crime ambiental e mais uma vez quem fica a perder são as populações.

Mostrei esta minha indignação às Infraestruturas de Portugal e espero bem que não me venham alegar qualquer lei, que venham esconder-se atrás de qualquer lei, para terem cometido um crime daqueles.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Esperemos que sim, que haja uma justificação, mas o mal está feito! Esperemos para ver o que nos é dito.”

Depois, foi dada a palavra ao Tesoureiro da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Joaquim Adelino da Costa Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“É a primeira vez que estou presente. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge por motivos profissionais está ausente e deu-me a missiva para o representar aqui na Assembleia.

Queria pedir à Exma. Sra. Presidente da Assembleia a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Dr. Agostinho de Almeida Santos e endereçá-lo à família. O Prof. Dr. Agostinho de Almeida Santos foi um homem que se notabilizou a nível nacional e internacionalmente na medicina reprodutiva.

A Junta de Freguesia de Meruge acabou de adquirir o lagar e o moinho. Este equipamento faz parte do projeto integrado que defendemos para a Freguesia, como em tempos alguém dizia, para se transformar numa aldeia líder. No entanto tem ao lado uma fossa séptica.

Pergunto ao Sr. Presidente se já tem alguma resposta acerca das ligações técnicas para Meruge.

Na Freguesia existem alguns aglomerados de casas sem saneamento, para quando está prevista a visita do Sr. Presidente à Freguesia para analisarmos estas situações?

A Câmara está a fazer cobranças às pessoas que não têm saneamento, as pessoas têm-se dirigido à Junta a reclamar e, por isso, pergunto se as pessoas são obrigadas a pagar?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à proposta do Voto de Pesar quero informar que a Câmara Municipal, na sua reunião, aprovou um Voto de Pesar ao Dr. Agostinho de Almeida Santos. Acho muito bem que esta proposta tenha vindo da Junta de Freguesia de Meruge por uma razão simples, até porque ele foi um dos homenageados com medalha de ouro do nosso Município como reconhecimento de todo o seu percurso profissional fantástico como homem da ciência. O Dr. Agostinho de Almeida Santos foi o primeiro em Portugal a utilizar a fertilização *in vitro*.”

De seguida foi efetuada a votação da proposta do Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Agostinho de Almeida Santos, que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho fazer esta intervenção na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez mas lançando desde já um desafio para que seja apoiada e subscrita por todos os Presidentes de Junta de Freguesia.

Está a fazer um ano em 15 de outubro que o Concelho de Oliveira do Hospital foi afetado por uma catástrofe nunca antes vivida no nosso Concelho.

Os incêndios de 15 de outubro de 2017 afetaram 97% do território do Concelho e todas as nossas dezasseis Freguesias e Uniões de Freguesia e todas as oitenta e oito localidades que as compõem.

É pois altura de fazer um balanço. É tempo de relembrar o apoio imediato prestado a toda a população. Foi um apoio rápido e eficaz prestado desde a primeira hora pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e seu Executivo, os Autarcas das Freguesias de mãos dadas com a população e com o apoio de voluntários do Concelho de Oliveira do Hospital e de vários pontos do País, bem como, de muita ajuda que proveio de Portugal e dos Portugueses que trabalham no estrangeiro, sem esquecer todos os meios financeiros, materiais e funcionários que a Câmara Municipal colocou ao serviço das Freguesias.

Recordo-me bem do apoio às famílias das vítimas, do apoio às pessoas e famílias desalojadas, da organização logística dos bens recebidos, ajuda nos processos burocráticos de apoio aos pequenos agricultores, realojamento das vítimas, encaminhamento para os apoios da Segurança Social, levantamento das habitações ardidas, encaminhamento para o Gabinete de Apoio às Vítimas logo

criado, apoio na elaboração de candidaturas para pessoas e empresas afetadas. Tanto trabalho foi feito!

Todos nos mobilizámos. Todos andámos no terreno. A palavra de ordem foi e será, ajudar a solucionar no imediato.

Tem sido um trabalho único e inesquecível que em nenhum outro mandato foi necessário fazer porque nunca tinha acontecido uma tragédia destas no nosso Concelho.

Tem sido feito um esforço conjunto de todos em prol da população, contudo temos que ter compreensão pelas perdas e danos das pessoas, as perdas de vidas humanas que lamentamos e acompanhamos no luto, as perdas de bens, as perdas de habitação e meios de sustentabilidade. Apercebemo-nos de tudo isto porque estamos próximos das pessoas e sabemos o quanto tem sido difícil.

Em tempo de balanço estamos aqui para dizer aos Municípes e aos nossos Fregueses, contem connosco! Estamos aqui para reafirmar à Câmara Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que contam com o nosso apoio. Somos autarcas e estamos no mesmo barco e a trabalhar para o mesmo fim, a nossa população.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, sabemos do trabalho feito em prol das pessoas e o trabalho que tem pela frente, por isso, insistimos, como Presidentes de Junta de Freguesia, Sr. Presidente, estamos ao lado da Câmara Municipal para continuarmos a trabalhar em prol das famílias, das populações e empresas afetadas. Assumimos responsabilidades públicas e políticas de apoio às vítimas do 15 de outubro. Exige arcaboioço para lidar com todos estes problemas.

Esta é uma situação de exceção nunca antes vivida por anteriores autarcas. Vivemos um tempo histórico único. Todos temos que saber lidar com algumas críticas mal-intencionadas e com linguagem algumas vezes bem própria apresentada nos debates da rua e até na própria Assembleia, como foi o caso que há pouco assistimos, que foi uma enorme falta de cortesia a todos os níveis. Falta de cortesia que nas últimas semanas temos vindo a sofrer.

Sr. Presidente da Câmara as pessoas esquecem-se que no dia seguinte aos incêndios todos os Presidentes de Junta se reuniram aqui e o Sr. Presidente da Câmara sem saber de nada disse-nos: Meus amigos comuniquem nas vossas Freguesias que as casas de primeira habitação são todas para ser reconstruídas. Passado duas semanas fui a uma reunião à CCDR em que a própria Presidente da CCDR se mostrou indignada pelo facto de tão poucos processos para pagamento e seguimento que lhe foram dados.

Fica aqui o nosso compromisso de que as pessoas são a nossa prioridade. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino, conte conosco. Por mais que alguns tentem não conseguem apagar o trabalho que foi feito por todos nomeadamente Câmara Municipal, Freguesias, população, voluntários, Bombeiros Proteção Civil, Associações, etc, etc.

Deixo um bem-haja e vamos continuar a trabalhar.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Venho falar, como não podia deixar de ser, sobre as Praias Fluviais. Apesar do ano ter sido um ano atípico, isto veio justificar que todos os investimentos que são feitos nas Praias Fluviais são investimentos que trazem um bem para o nosso Concelho.

Como já disse, apesar do ano ter sido atípico, e não ter havido um verão como tivemos em anos anteriores, fomos visitados por muitas pessoas. Houve muita afluência nas nossas Praias Fluviais. Andei por aí e vi que as Praias Fluviais de Alvôco das Várzeas, Avô, Penalva de Alva, São Gião, foram bastante visitadas e bastante concorridas. O investimento feito nas Praias Fluviais é um investimento que se justifica porque é um bem para o nosso Concelho. A Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas teve pelo quinto ano consecutivo a Bandeira Azul e, por esse motivo foi-lhe atribuída a Bandeira Dourada o que faz com que tenha um pouquinho mais de visibilidade.

Relativamente ao abate das árvores, que já foi referido pelo Eng.º Carlos Maia, quero dizer que na minha Freguesia ainda não foi cortada nenhuma árvore mas tive conhecimento que as Estradas de Portugal adjudicaram o corte de todas as árvores que estão na beira das estradas. Já falei na minha Freguesia com algumas pessoas e espero que não tentem vir à minha Freguesia fazer novamente uma atrocidade, como fizeram há uns anos, quando cortaram quatro ou cinco plátanos que faziam parte do ex-líbris da nossa povoação. Temos lá meia dúzia de plátanos, nomeadamente na Fonte das Barrocas onde aquelas árvores nos dão uma sombra aprazível, e, por isso, penso que teremos que tomar alguma medida porque se lá forem iremos ter uma revolta pública.

Relativamente à distribuição dos bens doados toda a gente sabe como é que isso foi feito e os bens chegaram a toda a gente. Também sabemos que houve um excesso de produtos alimentares que não foram distribuídos a tempo

porque eram bastantes. Foi necessário fazer um grande trabalho mas não houve nenhuma insuficiência na entrega de bens.

Relativamente à intervenção nos açudes, que já foi falada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Avô, eu também queria falar sobre isso mas, certamente, o Sr. Presidente vai dar-nos um esclarecimento.

Em relação à intervenção que ouvi do Deputado Nuno Rafael tenho que dizer que é preciso ter um descaramento de todo o tamanho para fazer uma intervenção nesta Assembleia como ele fez. Penso que não foi escrito por ele mas foi escrito por alguém. O que ele escreveu foi uma barbaridade de todo o tamanho que ofende não só o Sr. Presidente da Câmara como também a Presidente da Assembleia Municipal e todos os Deputados que aqui estão. Penso que há dignidade nesta sala e podemos livremente dizer o que pensamos mas as palavras utilizadas são de uma violência na qual eu não me revejo.

Para terminar quero convidar todos os Srs. Deputados, os Srs. Presidentes de Junta, o público em geral e a comunicação social, para visitarem Alvôco das Várzeas porque, a partir de hoje vai haver uma iniciativa denominada “Sons de Montanha” e que é patrocinada pelas Aldeias de Montanha. Esta iniciativa vai ter um programa vastíssimo e, por isso, quando sairmos daqui convido-vos a virem até Alvôco.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Ao ler a última ata da Assembleia, assustei-me com o número de vezes que vi o meu nome escrito. Concluí então aquilo de que eu já suspeitava: Alguns deputados eleitos pelo PS, sim, porque há aqui quem ainda traga a camisola manchada de outras cores políticas, que ao fim de trinta, quarenta ou mais anos, concluíram que, afinal, não eram de direita mas de Esquerda Socialista, ou então, que, afinal, o Socialismo lhes dá aquilo que pessoalmente necessitam. Assim, temos aqui um grupo de pessoas, que se apresenta nesta Assembleia, apenas com o intuito de fazer a defesa do Presidente.

Pergunto: É esse o objetivo desta Assembleia? Estarão aqui na defesa dos interesses dos Municípes que os elegeram, ou especificamente para substituir as competências do Sr. Presidente quando legitimamente interpelado pelos vários deputados?

Tenho a lamentar que a última ata da Assembleia Municipal, publicada no sítio da internet do Município, date de vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis, sendo que o upload das atas das Assembleias, realizadas a dezanove

de fevereiro, vinte e nove de abril e vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis, foi efetuado no dia três de abril de dois mil e dezassete. É inadmissível que não sejam publicadas as atas das Assembleias Municipais de há quase três anos! Esta é a imagem de rapidez, celeridade e da competência dada por esta autarquia aos munícipes, já para não falar da tão proclamada transparência.

Sobre as obras da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, lamentamos todo o atraso do processo. Todos os deputados desta Assembleia, assim como todos os munícipes, reconhecem a urgência da intervenção nesse espaço. O PSD aplaudiria que os nossos jovens, professores e assistentes operacionais tivessem já num espaço em que o amianto, da forma como este se encontra danificado e exposto, não estivesse ainda sobre as suas cabeças. Certamente, como o Sr. Presidente reconhece, mesmo que o problema seja resolvido, certo é que as aulas começaram e representará uma dificuldade o agendamento breve das obras. Lamentamos, pois, todas as trapalhadas a que este processo esteve sujeito.

Como todos sabemos, fez depender a sua recandidatura das obras de ligação do IC6 do local onde se encontra até ao nó de Folhadosa, passando por Oliveira do Hospital. Também acompanhamos todas as falsas promessas do Primeiro-Ministro e do Secretário de Estado, Pedro Marques. Contudo, percebemos, no dia três de julho, que o lançamento da requalificação do IP3 atirava por terra, mais uma vez, a construção do IC6 até Oliveira.

Sr. Presidente, pergunto-lhe: Sente vergonha de toda esta ilusão? Equaciona demitir-se, tal como fez diversas vezes no passado, se o governo não lhe der uma data para o início e para a conclusão do troço do IC6, prometido já vezes sem conta pelo Governo?

No que diz respeito à sinalização vertical e horizontal no Concelho, disse, aqui, na última Assembleia, e passo a citar: *“Com certeza na próxima Sessão da Assembleia Municipal de setembro já não vêm falar sobre a substituição dos sinais. Dizer-vos também que eu gostava de ter este assunto resolvido há mais tempo.”*

Sr. Presidente, apenas acertou no mês da Assembleia, por já estar marcada há muito tempo.

Nas últimas eleições autárquicas, o Sr. Presidente prometeu aos camionistas de Oliveira do Hospital, durante a sua campanha eleitoral, a construção de um parque TIR.

Pergunto-lhe, Sr. Presidente, refere-se à construção de nove estacionamento a construir atrás dos Bombeiros, nas obras de reconstrução e remodelação da Rua Dr. Virgílio Ferreira, como sendo um parque TIR?

Podemos dizer aos nossos camionistas que, quando chegarem à terra onde investem parte do que ganham, depois do cansaço de uma ou mais semanas de trabalho, podem dormir descansados porque os seus camiões não vão ser vítimas de vandalismo, nem de assaltos? Que a sua carga permanecerá intacta e os seus depósitos com combustível? Que este nunca será o motivo do seu despedimento?”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar só um esclarecimento, o Sr. Deputado João Brito tem razão na questão da publicação das atas. É um facto que eu própria já tinha assinalado até porque temos o lugar que temos em termo de transparência e portanto estamos bem colocados nos índices de transparência e um dos elementos é realmente a publicação das atas. O que me foi transmitido foi que tem havido dificuldades. Como sabem tem que haver um apoio informático e este foi um ano complicado. Os próprios serviços quer de apoio à Assembleia Municipal quer da Câmara estavam cientes que estavam em falta mas realmente tem havido outras prioridades mas o Senhor tem muita razão porque eu própria assinalei e senti-me desconfortável com essa circunstância.”

Seguidamente foi dada a palavra para defesa da honra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer, antes de mais nada, que sempre foi habituado a pensar que a política é uma metáfora da vida e devo-vos dizer que cada um de nós aqui, hoje, antes de mais nada, temos que ter coragem. Coragem para quando nos referimos a alguém que está nesta sala, ou fora dela, a chamarmos pelo nome. O Sr. Deputado João Brito fez uma referência soez, muito baixa, à minha pessoa sem se referir ao meu nome mas ninguém deixou de perceber que era eu. Até pelo riso de Deputado Nuno Rafael que não tendo idade sequer para se lembrar das minhas intervenções nesta Assembleia enquanto Deputado do CDS, ainda assim, não se coibiu de se rir e portanto sabia a quem se estavam a dirigir.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado João Brito que não me chamo José Manuel Durão Barroso, não me chamo Mário Américo Franco Alves, e estou na presença e ao lado de algumas pessoas que já tiveram alguma relevância até

histórica para este País, nomeadamente o Prof. Freitas do Amaral, nomeadamente também o actual Presidente da Câmara de Sintra, o Dr. Basílio Horta. E devo-lhe dizer que as minhas opções políticas são minhas e não tenho a minha camisola manchada com nada porque tenho o hábito de tomar banho todos os dias e de vestir roupa lavada.

Agora, eu tenho a coragem de assumir as minhas convicções e não tenho medo de assumir qualquer tipo de divergência ou qualquer tipo de ruptura com aquilo que antes defendi desde que seja coerente, desde que seja perfeitamente fiel à minha consciência e garanto-lhe que sou.

Agora, não admito de si nem de ninguém nenhum tipo de lição sobre democracia, sobre seriedade, sobre honestidade, nomeadamente honestidade intelectual, porque até hoje sempre o fui e continuarei a ser como Deputado do CDS e continuo a sê-lo hoje aqui enquanto Deputado do PS. Se amanhã a minha convicção for outra garanto-lhe que terei a coragem para assumir isso.

Fazer referências a qualquer tipo de agenda que não as minhas convicções políticas fica-lhe mal enquanto político, fica-lhe muitíssimo mal enquanto pessoa.

Devo-lhe dizer que tinha algum respeito por si mas neste momento deixei de o ter.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Deputado Rui Monteiro sentiu aqui umas dores mas realmente não era o meu intuito referir-me a ele. Quando falei de pessoas com outras cores, e não preciso de as contar, são pessoas que estão na Assembleia pelo PS mas que são do PSD e não estão à espera que eu as enumere porque são várias. Portanto não sei porque é que o Dr. Rui se sentiu. Aqui notam-se as pessoas que já foram eleitas pelo PSD e que estão aí sentadas. Foi só isso que eu disse. Não referi nomes porque são várias pessoas.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não estou também a perceber onde é que está o problema das pessoas mudarem as suas convicções mas, o Sr. Deputado disse manchada, fosse para quem fosse que se dirigisse.

Estes debates têm que ser feitos e nós temos que falar sobre as coisas mas, enfim, ultrapassemos este tipo de discussões.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Decorrido que foi quase um ano sobre o fatídico dia 15 de outubro, não se mostram feitas grandes alterações neste Concelho, a não ser o que a própria natureza se encarregou de regenerar.

Com efeito, ao percorrermos as estradas do nosso Concelho, verificamos que, no que diz respeito à sinalética vertical, pouco ou nada se alterou, continuam as placas queimadas, sem se conhecerem concretamente qual a sua identificação.

Ao longo das estradas, andaram a cortar árvores e deixaram nas valetas o material lenhoso, e alguns estão mesmo tão próximo da faixa de rodagem, que se torna até perigoso para os veículos.

Na sexta-feira passada, assistimos a uma reportagem da TVI, que pôs em causa alguma falta de organização na reconstrução de casas de primeira habitação neste Concelho, da qual nem quero sequer fazer quaisquer comentários. As pessoas que viram tal reportagem é que já tiraram dela as suas ilações.

Tenho reparado que existe há já algumas semanas, no Estaleiro da Câmara Municipal, dez tratores novos, que presumo terem sido doados pela Cáritas, para compensar alguns agricultores deste Concelho, que ficaram sem as suas máquinas no fatídico incêndio.

Pergunta-se, para quando é que está prevista a entrega dos mesmos? Será que há dificuldade em entregar os tratores às pessoas lesadas?

Penso que a Câmara terá um levantamento das situações de carência e não terá dificuldade em entregar os referidos tratores. É que segundo consta, os mesmos já estão à disposição do Município há vários meses.

Existe também no Estaleiro Municipal muitos materiais de construção que foram doados por empresas e particulares. Sabendo nós que tem havido dificuldade de alguns proprietários em reconstruírem as suas habitações e tendo a Câmara Municipal um levantamento de todas essas situações, porque motivo é que esse material ainda não foi dado a quem necessita e continua no Estaleiro a deteriorar-se, já que os mesmos não estão arrecadados, e o sol e a chuva estão a contribuir para a sua degradação.

Esta minha preocupação é partilhada por muitos Oliveirenses, que gostariam de ver resolvidos estes casos aqui elencados.

Gostaríamos que nos fosse respondido concretamente a estas situações aqui descritas e o que pretende o Município fazer?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Há aqui algumas intervenções que não sei se me dão vontade de rir, de chorar ou de gritar. A memória é extremamente curta.

Hoje fala-se no eucalipto e refere-se que é uma espécie a banir. O Sr. Presidente da Câmara também já focou os problemas do Concelho de Oliveira do Hospital relacionados com o eucalipto e esses problemas são iguais aos existentes noutros Concelhos.

Agora, vêm falar aqui correligionários de quem defendeu o eucalipto com unhas e dentes, e que ainda o defende, e que até andam a dar eucaliptos para plantar em tudo que é sítio. Não se percebe isto!

Há aqui intervenções que não deviam existir. Fazem-se aqui acusações vis que não deviam existir, são inconcebíveis e levantam suspeições. É a juventude? Talvez seja! É uma lição mal dita e mal estudada? Pois, não sei!

Por outro lado, até parece que não vivem em Oliveira do Hospital e que não vêem o que se passa aqui! Eu resido em Coimbra, como muitos devem saber, e ouço e vejo qual é o trabalho que o Presidente da Câmara e o seu Executivo faz, e isto sabe-se em Coimbra, mas algumas pessoa que residem aqui em Oliveira do Hospital não querem ver ou são cegos.

Falou-se também aqui que nós só defendemos o Presidente: Meus caros amigos, não é defender o Presidente e o Executivo, ou todos os outros autarcas, é reconhecer o trabalho que eles fazem, é reconhecer a capacidade e a nova alma que eles deram ao Concelho. É uma honra ter um Presidente como o José Carlos Alexandrino, este Executivo e estes Autarcas.

Este Executivo que vai no seu terceiro mandato é dos melhores Executivos desde o 25 de Abril e vocês é que não falam dos outros Executivos que tiveram e de quem esteve aqui a gerir a Câmara e que representa a vossa cor. Evitam falar disso e até os seus nomes evitam dizer.

No próximo domingo dia trinta celebra-se mais um ano do poder autárquico municipal que foi uma das grandes conquistas do 25 de Abril.

Meus amigos, estamos aqui todos devido a essas eleições que nos honram a todos e que nos dão força e alento para que este Concelho ande. O que nos aconteceu e a resposta rápida, muito já foi feito, deve-se também a esse poder

próximo dos Munícipes porque senão havia muita coisa que não tinha sido feita. Isso é que nos deve honrar!

Todos nós, todos os Autarcas, Presidente da Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta e Deputados Municipais, somos herdeiros desse poder democrático. Todos nós deveremos ter força, engenho e arte para defender esse poder para conseguirmos ter futuro neste Concelho e neste País.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para falar de duas preocupações: Relativamente àquilo que falei na última Assembleia, nomeadamente na reflorestação, consolidação dos solos, sinalética. Ou seja, os efeitos do grande incêndio. E gostaria de questionar ao Sr. Presidente qual é o ponto da situação?

Também gostaria de questionar o Sr. Presidente se já tem conhecimento que as obras na Estrada Nacional 230 vão arrancar? Eu fui contactado esta semana pela empresa que vai avançar com as obras e fiquei todo contente. A minha questão serve, de certa forma, para informar os meus Fregueses, nomeadamente para quando estava prevista a intervenção ao nível do saneamento? Refiro-me ao saneamento na Ribeira de Santiago e na zona de Vila Pouca da Beira, uma vez que a estrada vai ser intervencionada. Estas são as minhas preocupações para já.

Gostava também de fazer um pedido de desculpa ao meu colega e amigo Sr. Carlos Castanheira. A minha postura sempre foi esta e eu gosto de assumir as minhas responsabilidades quando tenho que as assumir. Na preparação da Festa das Sopas ocorreu um lapso, que assumo como todo meu, porque eu dei como garantida a presença da Junta de Freguesia de Aldeias das Dez na Festa das Sopas, garanti que estava tudo tratado, e efetivamente isso não aconteceu. Por esse motivo peço desculpa ao Sr. Carlos Castanheira e à sua esposa e peço desculpa à Freguesia de Aldeia das Dez.

Agradecer também a todos os que estiveram presentes na nossa Festa das Sopas que foi uma festa muito agradável.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“A minha forma de estar na política é um pouco pela calma e não entrar muito em politiquices até porque tinha entendido que o dia um de outubro já tinha passado há muito tempo mas afinal de contas parece que ainda continua. Acho que estas coisas partidárias deveriam ser esgrimidas até ao dia um de outubro e a partir daí cada um com as suas convicções, independentemente de ter sido da cor “amarela ou verde”, deve trabalhar durante os quatro anos. Esta é a minha forma de estar na política. Na política é assim e não me preocupa minimamente aquelas questões que há pouco foram frisadas relativamente à mudança de camisolas. Estou aqui para defender Lourosa e foi para isso que eu fui mandatado a partir do dia um de outubro e é isso que me vai orientar nos próximos anos até ao final do mandato.

Trago aqui, três ou quatro questões concretas e começo por falar em algumas iniciativas que a Junta efetuou em prol da comunidade nomeadamente o almoço solidário no dia três de junho e que teve uma adesão extraordinária. Este almoço solidário foi realizado em simultâneo com o Grupo de Concertinas.

Queria publicamente enaltecer os nossos compatriotas da Freguesia de Almeirim que após termos ido junto deles custearam todos os ingredientes para confeccionar a sopa da pedra. Também à Confraria Gastronómica de Almeirim, que são o ex-líbris da sopa da pedra, que vieram cá numa atitude solidária fazer a sopa da pedra gratuitamente para cerca de quatrocentas pessoas.

Entendemos que este primeiro ano iria ser virado para o acompanhamento social. Informar também de uma iniciativa que a Junta de Freguesia teve através de um repto lançado à Federação Portuguesa de Futebol e que permitiu que cinquenta e quatro alunos dos vários graus de ensino da Freguesia pudessem deslocar-se a Lisboa, com o apoio da Câmara Municipal, para ver um jogo de futebol, Portugal/Egito. Para muitos destes alunos foi a primeira vez que foram a Lisboa, foi a primeira vez que foram ver o Estádio da Luz e ver o Cristiano Ronaldo. Isto são algumas causas que também nos movem.

Salientar também o êxito que se conseguiu, com o apoio da Câmara Municipal, na realização da Feira Moçárabe de Lourosa. Este ano também foi uma aposta forte da Freguesia, acaba por ser a nossa joia da coroa, e teve a duração de três dias. Nesta feira viveram-se momentos de partilha e são convívência entre as nossas gentes. Esta feira foi visitada por muita gente e à semelhança de anos anteriores demos também um colorido especial a esta feira que já se encontra num patamar de excelência. É nosso intuito que no espaço de três anos esta feira possa ser autossustentável, nomeadamente ao nível de algumas infraestruturas e equipamentos.

Salientar também as nossas congéneres Freguesias vizinhas, nomeadamente Aldeia das Dez, Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, por terem disponibilizado algum apoio logístico para que esta feira se torne um sucesso. É assim que eu também vejo a política nomeadamente com esta questão da partilha e auxiliando-nos uns aos outros à semelhança da solidariedade que foi vivida durante os incêndios.

Relativamente às obras efetuadas na Freguesia quero agradecer à Câmara Municipal as obras de saneamento que iniciaram em setembro e que vão dar uma nobreza especial e condições de vida às pessoas que vivem na zona mais a sul de Lourosa que estão desprovidos de rede de saneamento.

Por outro lado também congratular o Município por já estarem concluídas as obras nos acessos à Quinta da Sapeira. Estas obras eram um anseio da população da Quinta da Sapeira porque aqueles acessos eram péssimos. Também enaltecer o espírito de crítica construtiva daquelas pessoas porque souberam ser pacientes.

Dizer ainda que está para breve o reinício da segunda fase de requalificação do largo da igreja que também é um sonho da nossa população.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Temos ouvido algumas intervenções diretas, ou indiretas, sobre o programa da TVI promovido pela jornalista Ana Leal mas, é necessário traçar uma fronteira clara entre o campo do jornalismo sensacionalista e o campo de ajuda efetiva diária e persistente, sem os holofotes da televisão, aos Oliveirenses.

A reportagem da TVI assenta num pilar fundamental: A dor. A dor, vende; A dor, traz boas audiências; A dor imensa de todos aqueles que perderam familiares e amigos no grande incêndio; A dor sem fim daqueles que perderam as suas casas, que não são apenas quatro paredes, são memórias, são cheiros, são recordações; A dor de quem espera pela reconstrução da sua casa, pelo regresso à normalidade, por uma vida melhor. Esta dor é coletiva.

A TVI, e agora o CDS, para vender, para ter mais uns votinhos, para ter mais audiências, vendeu esta dor e usou-se desta dor.

O dia 15 de outubro uniu-nos numa luta comum pelo renascimento. Este tem sido, de um modo geral, o tónico das intervenções de quase todos os Deputados. Nós temos que deixar as lutas político-partidárias, no que toca ao grande incêndio, lá fora e é assim que tem de ser. Todos nós, enquanto povo

Oliveirense, sofremos essa dor e partilhámo-la com os nossos amigos e com os nossos vizinhos. A Câmara Municipal, os Autarcas das Freguesias, os Bombeiros, os Funcionários, e tantos outros souberam interpretar essa dor e estar ao lado daqueles que mais sofriam. Foram todos incansáveis na ajuda e na solidariedade que prestaram.

Esta reportagem não consubstancia um ataque à Câmara Municipal ou à CCDR, visa atacar a memória coletiva, essa união que todos nós protagonizámos aqui dentro,

O Renascimento de Oliveira do Hospital é um trabalho de enorme complexidade, de mobilidade e de dificuldade. A reportagem jogou com esta dificuldade, brincou com estes sentimentos e o CDS aproveitou-se deste argumentário.

Se, por um lado, quem está à espera de uma casa está absolutamente cansado de esperar, quer refazer e retomar a sua vida, e esses são naturalmente as vítimas, são merecedores da nossa solidariedade e da nossa compreensão, por outro lado, quem trabalha de forma incansável para atingir essa normalidade, para os ajudar a renascer, sabe em consciência que está a fazer tudo o que pode.

Qualquer pessoa com o mínimo de experiência de vida sabe que estas coisas demoram tempo, exigem procedimentos, candidaturas, projetos, vistos e aprovações.

Quem está à espera está justamente cansado de esperar. Não podemos é alimentar essa divisão. Não podemos permitir que nos dividam, que coloquem de um lado os que sofreram mais e do outro os que sofreram menos, os que têm casa dos que a perderam. Temos que estar juntos nesta luta.

O Deputado do CDS limitou-se a explorar vergonhosamente este sentimento e a história vai julgá-lo e vai julgar também estes homens e mulheres, vai julgar estes Autarcas, vai julgar os Bombeiros, vai julgar funcionários e vai-nos julgar.

Agora, nós temos que ter memória e nós recordamos como a Ministra Assunção Cristas tratou os agricultores durante a grande seca e qual foi a solução que ela apresentou: Rezar à nossa Senhora de Fátima.

Nós temos que ter memórias. Nós sabemos quem foi a autora do Regime Jurídico que permitiu a proliferação do eucalipto: Foi, precisamente, a Dra. Assunção Cristas.

Isto é falta de respeito do CDS por quem trabalha a terra, é falta de respeito do CDS por quem quer ordenamento florestal.

Portanto, fica aqui provado que o Executivo Camarário e o PS trabalham para resolver os problemas das pessoas e o CDS e a TVI estão em disputa para obter mais audiências, para obter ganhos e votinhos e com o campeonato da dor o sofrimento dos nossos concidadãos e nesse campeonato, meus caros, nós não entramos.

Queria fazer uma pequena referência ao Deputado João Brito, até para ele poder ler mais uma vez o nome dele na ata: Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eu proponha um Voto de Louvor à bancada do PSD e que fosse transmitido à Direção Nacional do PSD e vou explicar porquê: Ao longo dos últimos anos não contribuiu para a realização das obras no IC6, não contribuiu para trazer a ESTGOH, contribuiu para a perda de cuidados de saúde em Oliveira do Hospital, contribuiu para a perda de competências do Tribunal em Oliveira do Hospital. Tem vindo apenas e só com um denominador comum e que é defesa da bandeira político-partidária esquecendo-se dos interesses de Oliveira do Hospital e dos Oliveirenses.

Hoje, e espantem-se, o Deputado João Brito trouxe uma nova forma de fazer política a esta Assembleia Municipal: O Deputado João Brito, desavergonhadamente tentou manchar com mácula da cunha, do compadrio, os Deputados do Partido Socialista que foram justamente eleitos nas listas do Partido Socialista, como que de repente ser eleito na bancada do Partido Socialista fosse menos honroso do que ser eleito em qualquer outra bancada. Como que de repente estes homens e mulheres que foram aqui eleitos não tivesse exatamente os mesmos direitos e os mesmos deveres que ele.

Portanto, ele hoje foi mais papista que o papa. A única solução que eu vejo é que o meu querido amigo Bruno Amado no próximo Festival das Sopas arranje uma sopa de Caldo de Galinha para o Deputado João Brito.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Foi aqui falada, por deputados de vários setores políticos, a reportagem da TVI e não posso deixar de vos dizer o seguinte, e peço desculpa aos profissionais da comunicação que são sérios, e há muitos: Estou habituada ao longo da minha vida pública, digo pública e não política porque o que tenho para dizer tem muito mais a ver com a minha vida pública, e como funcionária do Estado durante quarenta anos estou habituada a assistir a muita manipulação por parte de um certo tipo de comunicação social, sobretudo quando estão em causa precisamente medos, receios, por parte das pessoas. Portanto há uma

corrente que explora precisamente esses medos e esses receios que as pessoas podem sentir.

Ora bem, nós só temos capacidade de perceber quando uma peça jornalística é deturpada e manipuladora quando temos forma de comparar com aquilo que é a realidade. Eu posso ouvir falar de um assunto e sinto que está mal mas não tenho hipótese de aferir se é um retrato fiel ou não. No caso de Oliveira do Hospital, como aconteceu ao longo da minha vida em vários assuntos, eu estava a ouvir a peça da TVI sobre Oliveira do Hospital e pensei assim: Realmente é incrível, isto não corresponde, isto é uma deturpação do que é o sentir das pessoas.

Digo-vos também que falo com muita gente de Oliveira do Hospital e tenho capacidade de aferir o que é o sentir das pessoas e aquela peça não transmite o sentir das pessoas. Haverá um ou outro que se identifica mas não é o sentir geral para desgosto daqueles que se identificam.

Dizer ainda que no dia da tomada de posse como Presidente da Assembleia tive oportunidade de referir que sabia que o processo de reconstrução, que todos queriam naquela altura que fosse rápido, e eu disse que o processo de reconstrução não ia ser rápido, até porque não pode ser rápido. Se fosse rápido havia muitas irregularidades e não pode haver irregularidades. E depois as estruturas não estão dimensionadas para dar resposta com celeridade a uma avalanche de processos.

Efetivamente a peça da TVI não ajudou ao espírito de união que eu penso que é fundamental que continuemos a manter. A peça da TVI é um instrumento claro de manipulação. Essa é a minha convicção porque tenho elementos que me permitem saber o que é a realidade e o que a peça pretendeu transmitir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de começar por aquilo que foi mais criticado para dizer o seguinte: Nesta Assembleia, e não vou falar em nomes, raia a hipocrisia em alguns Deputados da oposição porque acabaram de aprovar um Voto de Reconhecimento ao Executivo Municipal e aos Executivos das Juntas de Freguesia pelo trabalho desenvolvido e depois vieram aqui dizer o que disseram. Os Srs. Deputados não passaram um atestado de incompetência ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, nem ao seu Executivo, os Senhores passaram um atestado de incompetência aos Presidentes de Junta e

a todos aqueles que se esforçaram para resolver os problemas no Concelho de Oliveira do Hospital.

Temos que ter todos memória e consciência: Na última Assembleia disse-vos que já estava muito feito e este trabalho teve a colaboração de um conjunto de técnicos que se esforçaram, de dia e noite, para que as coisas andassem.

Isto nunca aconteceu, não há paralelo. Os Senhores não nos podem comparar com aquilo que os vossos Presidentes fizeram porque, se fosse possível fazer comparações, nós íamos a meças para ver o que fizeram uns e o que fizeram outros mas, isso não é possível!

Também estou de acordo com o Deputado João Brito porque as atas devem estar publicadas e, por isso, vou ver e prometo-lhe que estas atas, tal como as da Câmara Municipal, deverão estar publicadas.

Também não é possível comparar o trabalho dos Srs. Presidentes de Junta e dos seus Executivos com anteriores Presidentes de Junta que nunca apanharam com isto. Estes homens sabem o que sofrem com a proximidade que têm com as populações. As pessoas sabem o trabalho que tem sido feito e também sabem qual é o número que uma determinada pessoa fez numa Junta de Freguesia, não é eleita pelo Partido Socialista mas que me envergonha, por causa de um pacote de leite. Há coisas que metem nojo!

A mim ninguém me passa atestados de honestidade e quem criticou o desempenho deste Executivo fez mal. Fez mal porque tem sido feito um esforço gigantesco de toda uma equipa. Fizemos um esforço gigantesco para prepararmos as setenta e quatro candidaturas das empresas que estão aprovadas. Foi um esforço gigantesco!

Hoje, está aqui a Deputada Patrícia Santos e foi ela que fez as candidaturas das famílias dos falecidos. A Deputada Patrícia Santos é advogada, presta aqui serviços, e foi ela que fez um trabalho gigantesco com estas famílias que já receberam as indemnizações. Logo de seguida fizemos as candidaturas para os feridos.

Resolveu-se também um problema, um pormenor e que vocês podem não ter dado valor, colocámos água ao domicílio em condições extremamente difíceis.

Também vos quero dizer, meus caros amigos, que deixámos de fazer o que já tínhamos programado para puxarmos o Concelho para a frente e, para renascermos, tivemos que ir mais atrás e dar passos até onde já estávamos, e ainda não conseguimos passar essa fase.

Digo e, torno a dizer: As pessoas que falam do que não sabem, vocês sabem como é que se chamam? São ignorância pura. Quem fala do que não sabe é um ignorante!

Podíamos até falar de um conjunto de mentiras que foram veiculadas, e os Srs. Deputados da oposição podem ter acesso a este conjunto de documentos: Estão aqui todas as pessoas que se candidataram à reconstrução de casas; Estão aqui o número de desistências de candidaturas e os motivos.

Vamos aos números e vamos à verdade:

A entrevista que dei à TVI durou uma hora e não foram dois minutos. Contestei e disse à Sra. Jornalista uma coisa que é extremamente simples: A Senhora tem uma história que lhe contaram, ou que a Senhora inventou, e quer que eu venha validar a sua história mas, não a posso validar, porque a sua história está cheia de mentiras.

Disse-lhe isto durante a entrevista várias vezes e a Sra. Jornalista não gostou. Disse-me que eu não estava a defender os meus Munícipes mas que estava a defender a CCDR e o Governo. Eu disse-lhe que não! Eu não estava a defender a CCDR e o Governo mas tinha que contar a verdade.

A verdade é esta que vos vou contar e estes são os números. Podemos disponibilizar estes documentos à oposição e podem confrontá-los. Estes documentos não são da CCDR, são do meu Gabinete: Nas primeiras semanas, logo após os incêndios, fomos para o terreno e começámos logo a fazer o levantamento dos prejuízos, os Srs. Presidentes de Junta também sabem isso. No levantamento inicial, feito por técnicos da CCDR e técnicos da Câmara Municipal, foram contabilizadas 240 habitações. Ainda não havia nenhum tipo de legislação a fazer considerações para a 1ª habitação.

O que é que se passa a seguir?

É publicado um diploma que diz o que é a primeira habitação. Nós estávamos convencidos que as casas arrendadas eram primeiras habitações e que seriam para realizar e, mais tarde, veio legislação a dizer que essas casas tinham sido retiradas. As casas com seguro também as considerámos nestas 240 habitações porque não se sabia se havia seguro ou não.

Entretanto, há um conjunto de legislação que define todos os critérios e também há legislação que é absolutamente ingrata para as pessoas.

Todos os dias, desde o dia 15 de outubro, onde comecei a acompanhar todo este processo, desde as onze e meia, até hoje, os fogos acompanham-me todos os dias. Os Srs. Presidentes de Junta e o meu Executivo sabem disso, os

meus funcionários também sabem. Todos os dias temos dramas que estão relacionados com o fogo. Todos os dias temos problemas para resolver.

Também tenho de reconhecer que nos desfocámos do que era essencial - o desenvolvimento. Desfocámo-nos, por exemplo, com a aplicação das verbas dos Quadros Comunitários e, deixámos parar os processos, porque estivemos concentrados naquilo que achávamos que era mais importante e que era a recuperação das pessoas, principalmente as mais fragilizadas.

Quando abriu a fase de candidaturas, feitas aqui no Gabinete de Apoio à Vítima, e que é um processo bastante moroso, entram 164 candidaturas, e já não são as 240. Numa primeira triagem feita pela CCDR, não foram aprovadas por falta de requisitos legais 20 candidaturas. E há alguns casos que são uma grande injustiça e que terei de os levar à Sra. Provedora de Justiça. É importante perceberem que o nosso trabalho tem sido enorme.

Tivemos 6 desistências de candidatura que até tinham passado na primeira triagem. Se quiserem tenho aqui os nomes das pessoas.

Destas 164 candidaturas ainda hoje temos dificuldades em 11 candidaturas por falta de documentação. O Estado paga as despesas de documentação para a legalização das casas mas há casas que não podem ser legalizadas.

Até ao dia vinte e quatro de setembro foram validadas e aprovadas 127 candidaturas que são consideradas primeiras habitações.

Também é preciso desmistificar o seguinte: Estas 127 candidaturas são todas da CCDR mas tiveram procedimentos diferentes porque eram relativas a coisas mais pequenas.

Dizer ainda que há dois tipos de habitações:

1 - Valor menor do que cinco mil euros e Valor entre os cinco mil euros até ao valor de vinte e cinco mil euros. Nestes tipos de habitação o titular da obra foi o próprio proprietário que poderia contratar quem quisesse para lhe fazerem a obra e bastava que apresentasse ou um orçamento, quando o valor é menor do que cinco mil euros ou três orçamentos quando o valor é entre os cinco mil euros até ao valor de vinte e cinco mil euros.

2 - Valor superior a vinte e cinco mil euros.

É mentira quando dizem que não há casas concluídas no Concelho de Oliveira do Hospital. Eu tenho aqui os nomes e estou disposto a cedê-los, à oposição e às forças políticas que quiserem, para irem casa a casa ver se as pessoas lá estão, ou não, a viver e o ponto da situação é o seguinte:

Até ao valor menor do que cinco mil euros, há 40 habitações concluídas e há 7 habitações em execução;

Valor entre os cinco mil euros até ao valor de vinte e cinco mil euros, há 9 habitações concluídas e há 9 habitações que estão por concluir;

Valor superior a vinte e cinco mil euros, são casas de maior dimensão, e as casas não se fazem de um dia para o outro, há 10 habitações que estão por concluir. Ainda temos 3 habitações que estão em consulta de preços mas a responsabilidade é dos proprietários. Nestes casos os proprietários foram os donos da obra.

Como podem verificar não é zero casas como a reportagem tenta passar. Esqueceram-se destas casas onde as pessoas já estão a viver. Em números totais, estão prontas 49 habitações, estão em execução 26 habitações e estão 3 habitações em consulta de preços.

Em Oliveira do Hospital não há zero casas reconstruídas. Neste momento há 49 casas prontas, onde as pessoas vivem e há mais 26 casas em fase de acabamento e, por isso, temos que contar a verdade.

O que se passa, a seguir, é que a CCDR tenta fazer adjudicações em bloco e relativamente a estas empreitadas é que vem a história e é por isso que eu disse que quem fala sem saber é ignorante.

A Sra. Presidente da CCDR queria fazer um consórcio. Eu, de boa-fé, disse-lhe para convidarmos as empresas de construção civil de Oliveira do Hospital porque se há algum Concelho que tem um conjunto de empresas de construção civil é Oliveira do Hospital, veja-se o número de empreiteiros.

Escolhi quatro empresas: Joaquim Fernandes Marques, Amadeu Gonçalves Cura, Construtora Santovaiense e Construções Carlos Peres.

Entretanto, fomos a uma série de reuniões, em Coimbra, e as empresas vieram para o terreno e fizeram um trabalho fantástico. O valor proposto pela CCDR para a realização das obras era de 650,00€/m<sup>2</sup> mas os nossos empresários pedem 850,00 €/m<sup>2</sup> à CCDR para fazerem as obras. Dizem eles que na parte norte do Concelho os 650,00€/m<sup>2</sup> até que era suficiente para se fazerem as obras mas do rio Alva para lá as coisas eram mais difíceis porque hoje, como todos sabem, a mão-de-obra para a construção civil está difícil, e havia casas que nem uma carrinha lá chegava com os materiais de construção, o que encarece, naturalmente, o valor da obra.

Fizemos mais uma reunião, tentámos, mas a portaria que regula estas obras de reconstrução define que o preço médio devia ser 650,00€/m<sup>2</sup>. Também, deixei-me contar, porque isto é verdade: O Sr. Joaquim Fernandes

Marques, para quem eu disse que quem fala do que não sabe é pura ignorância, não participou em nenhuma reunião. Quem participou foi o Eng.º Gabriel. Se ele nunca tinha participado, como é que ele falou? Ele falou daquilo que não sabia!

Vocês sabem o que é que fizeram estes empreiteiros?

Telefonei à Sra. Presidente da CCDR e disse-lhe: Sra. Presidente não vale apenas irmos aí, se não tem possibilidade de dar mais do que 650,00€/m<sup>2</sup>, não vale a penas estarmos a perder tempo porque já perdemos quase um mês nisto. A Sra. Presidente da CCDR disse-me que não tem margem de negociação e que não pode ir além dos 650,00€/m<sup>2</sup> e não vale a pena estarmos a perder mais tempo. A Sra. Presidente da CCDR abre um concurso público, sem convites para as empresas, a lei até permitia fazer adjudicações de maneira diferente para ser mais rápido. O concurso demorou dez dias úteis e não apareceu nenhuma empresa a concurso pelos 650,00€/m<sup>2</sup> de construção.

Deixei-me dar aqui uma nota: O que eu tinha combinado com as quatro empresas de Oliveira do Hospital, e penso que a estratégia tinha sido a melhor, é que depois íamos chamar as outras empresas de construção para dividirmos o número de casas entre elas todas e, por isso, não eram só estas empresas. O consórcio era formado com estas quatro empresas, para que não tivesse um número muito grande mas, depois, as outras empresas iriam ser todas convidadas, pelo preço que estava adjudicado, para fazerem a reconstrução das casas. Isto tinha sido fantástico. Acredito que esta estratégia, que falhou, e que eu tive responsabilidades, mas tentei defender aquilo que eu achava que era a forma mais rápida e, por isso, não posso ser ingrato e dizer que a responsabilidade por estas casas estarem todas ainda por fazer seja só da Sra. Presidente da CCDR, eu não posso dizer isso.

Falhou ainda o seguinte: Os Senhores Presidente de Junta também sabem que a Faculdade de Arquitetura de Lisboa adjudicou a feitura dos projetos. Andaram aí a fazer os respetivos levantamentos e até ouvi, à responsável desses projetos, que com os equipamentos que disponham numa hora tinham o projeto feito com caderno de encargos e tudo. O problema é que quando chegaram a meio eles desistiram e não houve projetos para ninguém. Agora são as empresas que adjudicaram as obras que têm que fazer os projetos.

Meus caros amigos, aqui não há nenhum embuste, nem há falta de coragem reivindicativa, muito pelo contrário!

Pergunto também: Se não for por má-fé, algum de vocês com certeza já construíram uma casa nova e, digam-me uma coisa, quando se equaciona fazer o

projeto e adjudicar a obra, quanto tempo é que vos demorou a fazer essa casa? Gostava que respondessem! Acham que é milagre, adjudicamos hoje e, a casa fica daqui a um mês feita! Isto não é possível, isto é enganar as pessoas.

Por isso, alguns, aqui, com o seu discurso querem enganar as pessoas mas na terça-feira já desmistifico isto porque tenho uma reunião com todas as pessoas.

Fiz ainda o seguinte: Quando as obras foram adjudicadas às empresas deste consócio fizemos uma reunião. Uma das empresas fica com trinta e duas casas e a outra empresa fica com dezassete. Através do Gabinete de Ação Social sinalizámos as casas de acordo com o grau de prioridade e necessidade das famílias.

Deixei-me ainda falar sobre outra mentira e sobre as imagens que mostraram daquela família que estava numa *roulotte*. O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa pode mostrar uma fotografia onde aquela família esteve a viver em Lourosa durante todo o inverno. Essa é que é a história verdadeira e, por isso, vocês percebem qual é a manipulação.

Depois, uma pessoa é entrevistada durante uma hora e, apanham uma pessoa a baixar a cabeça para ler um nome e, até parece que eu não respondo. Para mim, isto é manipulação. Percebi esta manipulação durante a entrevista e fui convidado para ir ao estúdio em Lisboa e não fui.

Dizer ainda que na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, e também tenho que dar aqui uma palavra aos meus técnicos, houve um grande rigor e um grande trabalho.

Dizer também que validei ontem as últimas duas casas, que eram processos onde havia dúvidas, uma na Ponte das Três Entradas e outra em Lagos da Beira. As pessoas provaram que viviam nessas casas e para esclarecer as dúvidas falei com os Presidentes de Junta de Freguesia.

Por isso, meus caros amigos, esta é a verdade, tudo o resto é demagogia pura e, os Senhores podem fazer os números que quiserem mas, não se preocupem porque as casas vão estar feitas.

As casas têm um caderno de encargos

Há outra coisa que é verdade: Estas obras têm um caderno de encargos e, este documento que tenho aqui, e também vos posso facilitar todos os nomes para irem casa a casa, diz que a execução dos trabalhos é a 649,50€/m<sup>2</sup>.

As outras casas que falei aqui, que tinham um valor mais baixo, custaram um milhão, duzentos e noventa e cinco mil euros.

Por isso, vejam que é uma empreitada que já vai nos sete milhões, cento e noventa e cinco mil, e cinquenta e oito euros. É muito dinheiro.

Como disse, as obras realizadas pelas empresas do consórcio foram sinalizadas de acordo com o grau de prioridade e necessidade das famílias e, por isso, meus caros amigos, esta é a verdade!

Sabem quantas empresas aqui estão neste documento? Estão setenta e quatro. As candidaturas destas empresas foram feitas aqui no Gabinete de Apoio. Estão aqui setenta e quatro empresas com um investimento de onze milhões, e ainda aqui faltam algumas, que tinham seguro, e que estão à espera que as candidaturas lhes sejam validadas. Por isso, se os Senhores quiserem, porque isto é público, têm aqui todos os documentos para perceberem se houve, ou não trabalho.

Os Senhores dir-me-ão que as pessoas estão à espera das casas e, eu digo-vos que, a seguir a elas, ninguém quer que elas vão para as suas casas mais depressa do que o Presidente da Câmara, os técnicos e os Presidentes de Junta porque deixamo-nos de defrontar com uma data de problemas.

Depois a Sra. Deputada veio aqui falar sobre a ocupação do parque de estacionamento subterrâneo com os donativos para as vítimas dos incêndios e perguntou, o que é que se faz àqueles bens? Quero-lhe dizer que os bens alimentares não se estragaram porque foram distribuídos mas o problema é o seguinte: Tivemos um conjunto de pessoas, a quem eu quero agradecer, que nos disponibilizaram armazéns mas chegou uma determinada altura que precisaram deles e tivemos que retirar os donativos desses armazéns.

Dizer-lhe ainda que já estamos a comprar alimentos para o Banco de Recursos Sociais e, por isso, nós não estragámos nada.

O nosso problema é o seguinte: Se as casas não estão prontas e se temos um conjunto de mobílias, louças, e temos uma quantidade excessiva de roupas, não podemos dar tudo de qualquer maneira porque é preciso haver rigor.

Pretendo alugar um pavilhão para guardarmos os bens porque certamente terão de estar guardados por mais um ano. Eu também não quero que os donativos estejam no parque de estacionamento e percebo esse descontentamento.

Dizer-vos também que ainda temos um conjunto de voluntários que todos os dias trabalham na triagem dos bens doados. É uma dimensão enorme.

Como já disse estamos a procurar um pavilhão, estamos a negociar o preço, e vamos tentar ser céleres na desocupação do parque de estacionamento.

Durante as intervenções também me perguntaram sobre a sinalização e quero dizer o seguinte: A empresa que ganhou o concurso diz que neste momento tem o pessoal de férias. Contudo, estes trabalhos têm um prazo de execução e já começaram a repor os rails e a seguir começavam com a substituição dos sinais.

O concurso para a adjudicação destes trabalhos tem um determinado número de procedimentos, que não podemos passar, e isso demora o seu tempo. Tomara eu, que a sinalização já estivesse substituída, até porque pressionei bastante a empresa para que fizessem o trabalho no mês de setembro, já que em agosto estavam de férias, para poder chegar a esta Assembleia e dizer que já temos lá os sinais e toda a gente está contente.

Dizer-vos ainda o seguinte: Na política, não vale tudo! Há aqui pessoas por quem tenho uma grande estima, tenho um bom relacionamento com elas, e são críticos na minha atuação, como Presidente do Município e, não há problema nenhum! O problema, às vezes, é o tom que se põe, e a forma como se diz. E isto nada tem a ver com política, porque fazer oposição é também criticar as decisões do Executivo. O João Esteves é meu amigo, ainda hoje criticou e eu até achei mal porque ele é uma pessoa séria, e tenho uma grande estima por ele mas, não há problema nenhum porque ele não está a criticar o amigo dele José Carlos Alexandrino ele está a criticar o Presidente da Câmara Municipal.

Gosto de me dar bem e de conversar com os Deputados da oposição. Por exemplo, quando encontro o Deputado Nuno Rafael, cumprimentamo-nos de forma amistosa. Eu gosto de falar com ele, é um jovem mas, a forma e a voz com que coloca os problemas, na minha opinião, não é uma forma correta. Mas, ele é um jovem, e há pouco até lhe disse que ele não tinha aprendido bem a lição ou que lha tinham ensinado mal. A linguagem do Deputado Nuno Rafael parece uma linguagem de ódio mas, não acredito que ele seja um rapaz de ódios. Há aí agora umas correntes de direita, a nível europeu, que são ódio puro mas, acredito que o Nuno Rafael não é assim. Sei que politicamente é mal-intencionado e, sem ofensa para o Nuno Rafael, eu dizia que ele utilizou um tipo de linguagem que eu considero de rafeira. Ele é um jovem com valor, tem todo o direito de criticar o Presidente da Câmara mas, peço-lhe para o fazer com um tom mais ameno, porque aqui não somos inimigos mas, somos adversários.

Quero responder rapidamente às questões que foram aqui colocadas. Começo por agradecer aos Deputados que aprovaram o Voto de Reconhecimento e depois não me criticaram.

A CIM, da qual faço parte, tem um projeto denominado Coimbra Região de Cultura que está a ser financiado por Bruxelas a 100% e que vai ter um conjunto de espetáculos, como aquele que já passou aqui, que passarão nos dezanove Concelhos. Estes espetáculos não têm custos para os Municípios.

Relativamente aos estacionamento, dizer à Sra. Deputada Sofia Alexandra, o seguinte: Junto à Central de Camionagem vamos ter um número de estacionamento bastante grande onde ficarão também oito ou nove estacionamento para os TIR. Estamos também a trabalhar na ampliação da Zona Industrial e aí poderemos ter um parque TIR que será pago.

Agora, não queiram que o Presidente da Câmara guarde os TIR para que não lhes roubem o gasóleo até porque quem deve fazer isso é a GNR.

Dizer ainda que também já aumentámos os lugares de estacionamento, nomeadamente na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, junto à Cooperativa.

Gostava de recordar algumas intervenções a propósito da Floresta e a propósito dos eucaliptos: Nós não podemos ser moralistas. Há determinados partidos que têm um passado vergonhoso sobre esta matéria porque a Ministra da Agricultura que tutelava as Florestas era a sua líder. Havia grandes interesses económicos das celulosos e é preciso dizê-lo. Na Quinta da Costa, uma quinta de apetência agrícola, uma das empresas de celulose grande tinha um protocolo para tornarem aquilo tudo numa área de eucaliptos. Quero dizer que esse protocolo foi visado, na época, pela Sra. Ministra da Agricultura e, por isso, é uma vergonha quando vêm aqui dar lições de moral e de ordenamento daquilo que nunca fizeram. Isto também é importante que se diga. As pessoas têm um passado e depois põem-se a jeito! Eu não tenho prazer nenhum de estar aqui a falar da Sra. Ministra do CDS, porque não estou aqui para discutir políticas nacionais, mas esqueceram-se que foi ela que fez as piores leis que permitiram a eucaliptização do País.

Dizer ainda que a Câmara Municipal não pode entrar nos terrenos privados sem autorização. Não há lei nenhuma que nos dê a possibilidade para entrarmos e fazermos intervenção.

Relativamente ao abate dos plátanos também estou de acordo com o que foi aqui dito.

O Sr. Joaquim Garcia de Meruge falou aqui sobre as ligações das fossas. Este é um dos assuntos que tenho tratado com o Presidente das Águas de Lisboa e Vale do Tejo e prometeram-me que seriam rápidos mas ainda faltam uma data de ligações e, por isso, temos que continuar a pressionar para serem feitas o mais depressa possível porque não faz sentido que tenhamos fossas sépticas que

não estejam ligadas quando temos ETAR na própria aldeia. Era muito bom que isto se resolvesse rapidamente.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô falou sobre as obras que se realizaram nas praias fluviais e disse ainda que todas elas tiveram uma grande dinâmica. Também acho que a afluência foi um sucesso. Penso que também deu uma boa participação nesta dinâmica a visita do Sr. Presidente da República à Praias fluvial de Avô.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô falou também sobre os açudes. É verdade que arranámos quatrocentos e cinquenta mil euros, num protocolo que assinamos com a Agência Portuguesa do Ambiente. Os projetos para a recuperação dos açudes foram executados pela Faculdade do Porto em colaboração com os nossos serviços, com o Eng.º Zé Carlos e com a Eng.ª Teresa Dias, que andaram a ver os açudes. Lançamos um concurso e a lei permitia que fosse por convite. O que é que nós fizemos. Meus caros amigos, convidámos empresas de Oliveira do Hospital mas as empresas começaram a ver os açudes e deixaram o concurso deserto. Este concurso era só do Alvôco e do Alva. As empresas disseram que não conseguiam chegar a alguns açudes que estavam referenciados. E, como disse o Sr. Presidente da Junta de Avô, as obras tinham que estar executadas até dezembro. Para podermos dilatar este prazo é necessário fazer um protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente, para que nos dê estes quatrocentos e cinquenta mil euros, para depois podermos fazer a obra durante o resto do ano, e para não perdermos os quatrocentos e cinquenta mil euros. De acordo com a lei, se não tivermos os açudes feitos e pagos nós perdemos estes quatrocentos e cinquenta mil euros e eu também não os quero perder.

Outro tema que também é importante é o tema dos tratores. É um tema que me é absolutamente desagradável porque a entrega dos dezanove tratores não é da competência da Câmara Municipal. Os tratores são da Cáritas e só aceitámos que os depositassem ali. E já dissemos que não entregamos os tratores enquanto não houver critérios definidos, para que não aconteça aqui, o que aconteceu num Concelho vizinho, onde entregaram um trator e depois tiveram que o ir buscar. Eu não estou para isso, porque, aqui, trabalhamos com rigor. Dizer ainda que agora não temos dúvidas e estamos em condições de fazer a entrega de nove tratores.

Meus Senhores, sem ofensa para o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, mas este assunto dos tratores daria uma reportagem igual à de Pedrógão Grande, e eu não deixei porque quis critérios claros e justos.

Como já disse os tratores são da Cáritas e eu não entrego os tratores enquanto não houver critérios claros e justos. Isto também desagrada às pessoas mas eu tenho as costas largas e já estou habituado a levar umas pancadas sem ter culpa.

A minha intervenção já leva muito tempo e ia só responder ao líder do PSD, até pela consideração que merece não poderia deixar de lhe responder, mesmo que deixe de responder a algumas perguntas mas, depois, falarei com os Srs. Presidentes de Junta.

Sr. Deputado João Brito, gostava de lhe mostrar este documento. Este documento é a comunicação do visto do Tribunal de contas referente à Escola Secundária que chegou ontem. O Sr. Deputado João Brito já não pode fazer mais números porque a obra vai começar. A Câmara Municipal teve responsabilidade porque quando foi a negociação das obras do pacto meteu lá cerca de um milhão de euros para recuperar a escola. A Escola Secundária José Falcão, em Coimbra, tem muito piores condições, neste momento, do que a nossa escola e não teve verba. Só houve duas escolas que se introduziram no pacto. Foi a nossa e foi a de Cantanhede. Eu sei porque é que as introduzimos e sei qual foi é a história. Por isso, nós não somos culpados porque o Ministério da Educação mostrou uma inércia tremenda e nem a escola estava registada.

Uma obra que custa um milhão de euros não se pode começar sem ter o visto do Tribunal de Contas. Agora, é preciso fazer reuniões com a direcção da escola e com o empreiteiro até porque a escola está em funcionamento e é necessário fazer a planificação dos trabalhos.

Como já disse, esta obra é resultado de um esforço enorme e foram necessários uma série de procedimentos até chegarmos aqui. Não fazia sentido recuperarmos dois pavilhões e deixarmos todo o resto por recuperar e, mais uma vez, demonstrámos que temos competência e que fizemos bem o nosso trabalho.

Há aqui uma pergunta que me incomodou: O Deputado João Brito, a propósito do IC6, perguntou se eu me ia demitir, porque o Ministro Pedro Marques nunca mais cumpre com o que devia fazer e já deveríamos ter o projeto. O Senhor tem toda a razão mas o Presidente de Oliveira não se conforma enquanto não tiver o projeto porque sem projecto não há obra.

Agora devolvo-lhe a nota: O Senhor quando teve o resultado vergonhoso nas últimas eleições, e que foi o pior resultado de sempre do PSD em Oliveira do Hospital, também se podia ter demitido.

Dar aqui uma palavra à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos: Há duas áreas que serão sempre privilegiadas. É a área

da educação e é a área social. Ninguém vive bem se o nosso vizinho ao lado viver mal, passar fome e tiver dificuldades.

Dizer ainda que o Programa Casa Digna onde recuperamos casas de pessoas idosas e com poucos recursos financeiros é o programa que mais gosto. Mais uma vez vamos recuperar trinta casas porque há pessoas no Concelho que vivem sem condições. Com a recuperação destas trinta casas alcançaremos a recuperação de um total de noventa casas. Estas obras são muito específicas e têm um custo até cinco mil euros mais IVA e, por isso, também nesta área temos feito um grande trabalho, assim como, no Programa de Incentivo à Natalidade onde apoiamos muitos jovens. Auxiliamos também, com subsídios de emergência social, todos aqueles que nos batem à porta e, tenho tido a solidariedade do Vereador Eng.º João Paulo, a quem quero agradecer.

Dizer ainda que a TVI no próximo domingo vai passar outro programa sobre estrangeiros a viver em *roulottes* e, por isso, preparem-se para mais este número.

Peço ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques, para vos falar sobre a história de um casal que vive na Freguesia de Lourosa que, com certeza, vai aparecer na televisão.”

De seguida o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, José Carlos Marques, fez a seguinte intervenção:

“É um casal novo que veio para a Freguesia em agosto de 2017. Entretanto compraram uma casa. Ela é uma cidadã alemã e ele é um cidadão inglês e têm dois filhos menores e está a caminho o terceiro filho. Compraram uma casa devoluta de uns cidadãos suíços. Entretanto, não tinham o negócio fechado, só tinham o contrato de promessa de compra e venda, e há o incêndio e os anteriores donos que estavam de férias souberam dos incêndios através das redes sociais e acabaram por fazer uma onda de solidariedade em função deles, “tramando” os outros que tinham o contrato de promessa de compra e venda.

Depois, eles dirigiram-se à Junta de Freguesia onde lhes demos todo o apoio necessário em articulação com a Câmara Municipal. Foi uma das casas sinalizadas desde a primeira hora.

Eles optaram por viver em comunidade com outros amigos e penso que foram para o Barril do Alva mas nós não lhes perdemos o rasto.

Entretanto, esta semana tivemos uma abordagem e eles querem voltar ao sítio original e estão numa *roulotte* e querem viver ali e não querem sair. Ela testemunhou que o pai é médico e que a nível de cuidados de saúde não quer ser

acompanhada e quer seguir as orientações do pai. Têm um seguro de saúde e as consultas de acompanhamento da gravidez são feitas na IDEALMED em Coimbra. Acho que o filho nasce para abril.

Na semana passada já começaram as obras de reconstrução da casa e esta terça-feira soubemos que tinha lá estado a equipa de reportagem da TVI, acompanhada de um elemento da MAAVIM que se deslocou ao local para mostrar as condições em que eles viviam.

Eles manifestam vontade de continuar ali porque se sentem bem. Uma parte curiosa da situação é que uma filha, que estava numa escola do Barril do Alva, entretanto quis ir frequentar a Pré-Escola de Lourosa porque é ali que se sente bem.

Foram questionados acerca de algumas situações com que eles se debatem as quais estão a ser tratadas e falou-se na questão de produtos alimentares onde nos disseram que não precisam. As obras já começaram e eles disseram que quando a criança nascer que a casa já estará pronta e agradeceram o apoio que tem sido dado porque em determinado momento estavam desacreditados que a casa seria apoiada para reconstrução pela CCDR.

Estes são os factos mas não sei se é esta a história que vai passar.

Estou de consciência tranquila porque este processo sempre foi uma família acompanhada por nós.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Depois vocês vão ver como é que a reportagem.

Quero ainda responder ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira para lhe dizer que ainda não tenho comunicação de quando é que vão começar as obras na Estrada Nacional 230.

Como todos nós sabemos, os últimos tempos têm sido muito difíceis e, como já disse, tivemos que dar passos atrás.

Dizer ainda que houve um investimento enorme na Estrada Nacional 17 e estamos ainda a fazer umas estações elevatórias porque a nossa ideia é aumentar a rede de saneamento.

A propósito da taxa de saneamento, que já aqui foi explicada nesta Assembleia, a Câmara Municipal está a tentar acabar com as fossas que drenem para os terrenos, mesmo nos sítios onde não há ETAR. Isto é uma questão ambiental. Temos vindo a isentar algumas pessoas. Por exemplo, como sabem a taxa de saneamento está indexada à água e quando se trata de uma garagem,

onde não há nenhuma fossa, essa taxa não se justifica mas, quem tem fossas, e de acordo com um parecer da ERSAR, tem que pagar.

A Câmara Municipal deve fazer outra coisa, que acho que é fundamental, e que é criar fossas sépticas colectivas que não deixem drenar as águas para os terrenos porque agora temos a possibilidade para as despejar quando estiverem cheias.

Tivemos mais de um milhão de euros de financiamento para obras em ETAR mas, em pequenos núcleos urbanos, vamos ter de encontrar soluções diferenciadas porque não se justifica fazermos uma ETAR. Com estas medidas, acredito, que no final do mandato, chegaremos a ter perto de 98% dos problemas de saneamento resolvidos. Faltam pequenas pontas e, como já disse, estivemos muito concentrados a resolver situações criadas pelos fogos e temos faltado o tempo para estas coisas andarem para a frente.

Dar ainda uma nota positiva sobre a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital: A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, tirando os assuntos relativos aos fogos, foi o processo mais complicado que o Presidente da Câmara Municipal teve. Foi preciso uma luta muito dura e muito sofrida para que a escola não fechasse.

Hoje, quero dar os parabéns à Escola Superior porque na primeira fase de candidaturas entraram cento e quarenta e três alunos e nesta segunda fase entraram oitenta e oito alunos e ainda podem entrar mais alguns alunos na terceira fase. Este ano é o ano em que se batem todos os *record* com a entrada de duzentos e trinta e um alunos e, por isso, congratulamos o sucesso da escola.

Estou a pensar convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária para novembro para vos apresentar um Projeto de Consolidação da Cidade de Oliveira do Hospital, onde entram umas novas instalações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Vai haver a reprogramação do Quadro Comunitário em 2019, isto é quem não gastou o dinheiro até 2018 perdeu esse dinheiro, e, por isso, temos que aproveitar esta oportunidade nesta Reprogramação do Quadro Comunitário para lançarmos algumas obras estruturantes para Oliveira do Hospital.

Peço desculpa se não respondi a todos mas, às vezes, cansa mais falar durante quarenta e cinco minutos do que jogar um jogo de futebol.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao

Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer aos Srs. Deputados que nós assinámos um protocolo com o Ministério da Saúde para a criação de valências no âmbito da saúde oral. Os equipamentos para o consultório de saúde oral do Centro de Saúde vão ter um custo de trinta mil euros. Penso que é uma boa iniciativa.

Também no âmbito da saúde mental têm sido feitos alguns trabalhos e quero anunciar que no dia dez de outubro será comemorado o Dia Mundial da Saúde Mental. Será realizado um debate no Auditório da Caixa de Crédito Agrícola onde teremos a presença do Sr. Secretário de Estado e o tema será: Os Jovens e a Saúde Mental no Mundo em Mudança.

Ainda a propósito da Saúde quero informar-vos que foram colocados quatro médicos e por isso as coisas estão melhores. Precisamos de resolver, como todos vocês sabem, o problema das urgências das oito às vinte horas. Está a fazer-se um estudo e por isso de certeza que se vai encontrar uma solução até porque o Sr. Ministro tem sido bastante sensível.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Decorridos que foram dois terços do ano, verifica-se, que nos fluxos de caixa, no que diz respeito aos recebimentos e pagamentos, o grau de execução situa-se em cerca de um terço da sua dotação.

Isto quer dizer, que possivelmente até ao final do ano, não é atingida a meta orçamental prevista, dando uma clara indicação de que o orçamento apresentado foi empolado, como em tempo aqui foi por mim referido.

Outro exemplo do seu empolamento, é as GOP estarem nesta altura com um grau de execução de somente 23,03%.

Relativamente à dívida, ela é totalmente sustentável e está dentro dos parâmetros que nos vem habituando, as contas deste Município. No entanto, a dívida a fornecedores/prestação de serviços, teve um grande aumento, relativamente aos trimestres anteriores.

Neste contexto queria saber qual o tempo médio do pagamento a fornecedores/prestação de serviços, que a Câmara demora a efetivar?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Neste momento quero dizer ao Sr. Esteves que não se preocupe porque esta dívida a fornecedores teve com certeza mais a ver com as férias do pessoal da Secção de Contabilidade do que propriamente com a estrutura financeira da Câmara Municipal.

Quanto à taxa de realização dizer que há um conjunto de obras que estão orçamentadas e que têm participação do Quadro Comunitário e que têm que ser executadas o mais depressa possível porque senão corremos o risco de as perder. Essas obras estavam todas previstas mas derivado aos incêndios foi preciso dar um passo atrás. Eu reconheci aqui que tivemos de dar alguns passos atrás para recuperar aqueles que eram mais frágeis.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de integração do Município de Oliveira do Hospital na Associação de Municípios do Portugal Romano.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quem está com este processo é a Sra. Vereadora Graça Silva e por isso ela explicará este Ponto II.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Já é hábito a Câmara Municipal não querer deixar-se ficar aquém daquilo que é o trabalho de outras Câmaras ou querer ser pioneira em diferentes projetos.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital já faz parte de algumas redes, nomeadamente a rede das Aldeias de Xisto e a rede das Aldeias de Montanha. A Associação de Municípios do Portugal Romano é uma rede que também pode surgir para promover o património romano.

Foi convidada a Câmara para realizar no dia dezoito de abril uma reunião em Condeixa-a-Nova, onde estiveram presentes outros Municípios, e trouxemos uma proposta que está em vosso poder, que é nem mais nem menos o objectivo de criação desta associação que permite, sem dúvida alguma, um grande e enormíssimo objectivo para promover o património romano existente no nosso

Concelho. Como tem sido também o percurso da atuação das decisões políticas deste Executivo mais que não fosse os investimentos que temos feito no património cultural, como é o caso de Centro de Interpretação das Ruínas Romanas da Bobadela e a envolvente da Igreja Moçárabe de Lourosa, que irá brevemente retomar a segunda fase de execução.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do art.º 53.º, aplicável por remissão do n.º 3, do art.º 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de integração do Município de Oliveira do Hospital na Associação de Municípios do Portugal Romano, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Isenção de Taxas na sequência dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como todos sabem em dezembro de 2017 aprovamos aqui uma proposta de delimitação nos termos do Decreto-Lei 130/2017 relativas a áreas de reconstrução urgente para habitação ou actividade económica, proposta que incluía a isenção de taxas administrativas e urbanísticas. Importa clarificar o âmbito de aplicação de tal isenção porque começaram a aparecer alguns problemas e o que trago aqui é uma proposta para se considerar de manifesto interesse público municipal a concretização de acções de reabilitação urbanística dos prédios afectados pelos incêndios de 15 e 16 de outubro, incluindo a prática de atos ou factos correlacionados para que se possam isentar até 31 de dezembro de 2020.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta que a Câmara Municipal nos apresenta é da mais elementar justiça. É retirar um custo a pessoas que em situações normais não

teriam. Insere-se numa política fiscal do Município orientada para as pessoas e para a justiça social.

Esta proposta vai merecer o meu voto favorável e deve merecer o voto favorável desta Assembleia.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Como já foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, nós já em tempo oportuno discutimos esta situação e houve até uma votação no sentido de isentar precisamente estas situações.

O Sr. Presidente da Câmara já alegou o porquê de isto vir aqui à Assembleia e eu concordo plenamente e na altura também concordei e, por isso, vamos vota a favor porque é de inteira justiça que isso aconteça.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Isenção de Taxas na sequência dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à realização da 16.ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00€ (sete mil euros).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar uma explicação para desmistificar algumas coisas relativas aos eventos: A Câmara Municipal quando atribuiu dez mil euros a todas as Juntas de Freguesia disse que não havia um protocolo rígido com as Juntas de Freguesia para gastarem o dinheiro. As Juntas podiam gastar o dinheiro como entendiam e a Câmara Municipal deixaria de subsidiar as festas e as feiras.

As Juntas de Freguesia que não queiram fazer festas gastam os dez mil euros onde quiserem são opções políticas.

O que defendemos, e que pode gerar alguma injustiça, é que a Feira do Porco e do Enchido era uma festa que tinha ganho uma dimensão em termos

orçamentais bastante elevado e, por isso, achamos que a seguir à EXPOH era aquela que tinha uma dinâmica maior.

Temos que ver a realidade e há tipos de feira que têm características próprias e que têm um determinado modelo de desenvolvimento para as suas próprias comunidades. Penso que no próximo orçamento devem ficar clarificadas essas verbas para as festas das Juntas de Freguesia porque acredito que há algumas Juntas que se sentem injustiçadas em relação a esta feira. Queria dar os parabéns à Festa dos Bolos e Bôlas do Seixo da Beira, à Festa Moçárabe, à Festa das Sopas, à Festa das Freguesias no Ervedal, à Festa da Castanha, à Festa das Vindimas.

No ano passado antes dos incêndios, e não é por uma questão de discriminação de ninguém, fizemos dois outdoor com três feiras do Concelho, nomeadamente a Festa das Sopas, Festa dos Bolos e Bôlas, e a Feira Moçárabe, mas este ano nem fizemos para ninguém. Não fizemos nem para uns nem para outros porque estávamos concentrados noutras coisas e deixámos passar o tempo e depois também achamos que se não fizemos para uns também não fazíamos para ninguém. De qualquer das maneiras dou os parabéns aos Srs. Presidentes de Junta, e, como eu disse, as feiras para o ano devem ficar clarificadas no orçamento e o Executivo Municipal vai ter de decidir quais são as feiras que têm marca de progressão e que se podem afirmar com características únicas. Digo ainda, a Câmara Municipal é laica e não apoia festas religiosas.

A Feira do Porco e do Enchido, devido às suas dimensões, é a única que vai ter subsídio este ano mas também acho que devemos discutir quais são as feiras que têm determinadas particularidades para que se definam critérios claros.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Juro-vos que não tive nenhuma conversa com o Sr. Presidente acerca deste assunto e portanto o que vou dizer não foi nada combinado.

Ouvimos aqui, durante os últimos anos, que o tempo em que os Presidentes de Junta andavam de chapéu na Câmara Municipal tinha acabado. Desde que o Senhor foi eleito Presidente, que as Juntas recebem o dinheiro suficiente para investirem na sua Freguesia.

Ainda assim, veio-se a verificar que afinal não, e de há dois anos a esta parte, procedeu-se a um reforço de dez mil euros para que as Juntas

tivessem dinheiro para os trabalhos necessários a realizar nas suas Freguesias, bem como para as suas atividades festivas, religiosas e/ou sociais.

Bem, já não tenho memória, que passe uma Assembleia sem que não haja mais um subsídio para atribuir a uma ou a outra Junta.

Pergunto ao Sr. Presidente, então, mas quando é que os Presidentes de Junta deixam, de uma vez por todas, de “pedinchar” subsídios? Finalmente, parece não haver fim à vista.

Proponho ao Sr. Presidente que enumere as festas que se realizam nas várias Freguesias que, quer pelo seu cariz cultural, religioso, pelo seu prestígio nacional ou internacional, pela sua dimensão, etc, tenha direito a subsídio extra e qual o seu valor.

Mais, proponho que seja elaborado um documento que evidencie os propósitos a que cada evento se propõe, podendo dar origem a subsídios extras, para que, assim, as juntas que não tenham sido, até à data, englobadas nos subsídios extras, possam alinhar estratégias para também a eles se poderem candidatar.

Relativamente ao caso da Feira do Porco e do Enchido de Meruge, entende o PSD que, esta festa, tendo em conta a promoção dos produtos endógenos que expõe e vende, a sua dimensão e a visibilidade que proporciona à Freguesia e ao Concelho, tem direito a este subsídio extra e portanto vamos votar favoravelmente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que é de lamentar que sistematicamente quando há alguma coisa que fuja àquilo que previamente está estabelecido o PSD vem em defesa não sei de quê? Quando é altura das eleições vocês são uns amiguinhos, vocês vão às Freguesias e é palmadinhas nas costas.

Eu acho muito bem que a Freguesia de Meruge seja apoiada porque a Feira do Porco e do Enchido tem uma grande dimensão.

Reconheço que também gostava que a minha festa fosse apoiada mas acho que não é de bom-tom olharmos para o lado e só porque ele tem uma bicicleta eu tenho que ter um trator.

Certamente que o Executivo e os seus Vereadores admitiram que há necessidade de eles terem esse apoio.

Vocês convençam-se de uma coisa, nós nas Freguesias fazemos a nossa gestão dentro daquilo que nos é possível e lutamos com muitas dificuldades mas a pior coisa que pode haver é ver aqui uma discriminação negativa por alguma coisa que se faça. Não façam isso!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Há aqui uma coisa curiosa. Nós gostamos de festas ou não gostamos e festas? Somos a favor ou contra as festas?”

Desafiava o nosso Deputado Municipal João Brito a apresentar aqui uma Moção clara contra as festas para ver qual era a consequência política.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Pelo que ouvi acho que tenho que dizer umas palavras: O Sr. Deputado João Brito não disse nada, rigorosamente nada, que era contra as festas. Estão a por na boca do PSD aquilo que não foi dito.

O que foi dito foi simplesmente o seguinte: Estas festas têm que ser programadas logo no início do ano e essa programação tem que vir à Assembleia, ou não, para que seja votado, ou não, a atribuição do subsídio. Foi pura e simplesmente isto que o Sr. Eng.º João Brito, Deputado do PSD, disse. Não disse mais rigorosamente nada!

O que vieram para aqui dizer acho que não tem nada a ver com o que ele disse. Esta é a minha opinião e eu até posso estar enganado!”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Lembrei-me agora de um cartaz que o PSD publicou numas Eleições Autárquicas e que dizia o seguinte: PS - Pão e Circo.

O que venho perguntar é o seguinte: É um cartaz para o lixo?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estou com algum problema em perceber alguns membros da bancada do PSD, sobretudo o Deputado João Brito e o Deputado João Esteves.

Penso que o Deputado João Brito falou português e não precisava que o Deputado João Esteves viesse traduzir e explicar as palavras dele.

Acho que o Deputado João Brito falou português claro e o que ele disse foi isto: Eu quero que as Juntas deixem de andar a pedinchar subsídios ao Presidente da Câmara. Estas foram as palavras!

Deputado João Brito acha que as Juntas não devem ter mais subsídios mas depois para agradecer ao Presidente da Junta de Meruge diz que vai votar a favor. Isto demonstra claramente uma contradição enorme mas nós já estamos habituados a estas contradições.

Deputado João Brito não percebeu que os subsídios excepcionais às Juntas, por exemplo Travanca teve um subsídio excepcional para comprar um braço de um trator e o Deputado João Brito acha que não devia ter este subsídio suplementar. A Junta de Freguesia de Seixo da Beira teve um subsídio suplementar assim como a Junta de Freguesia de Avô teve um subsídio suplementar para a Extensão de Saúde, porque as obras foram feitas pela Junta de Freguesia e a Câmara apoiou com um subsídio e também para a Capela Mortuária de Avô.

O Deputado João Brito disse que estas Juntas não devem ter subsídios e devem governar-se só com o dinheiro que têm mas eu acho que não.

A Câmara Municipal adotou um princípio com todas as Juntas e apoia, por exemplo, as obras nas Capelas Mortuárias. Estes subsídios estão acordados e não é preciso pedinchar porque são princípios muito transparentes. E eu também já disse que algumas feiras devem estar orçamentadas.

Digo ainda que o tempo em que os Presidentes da Junta pedinchavam e ficavam ali na escada à espera durante horas não é no meu tempo.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, como apoio à realização da 16.ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00€ (sete mil euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2018.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A primeira coisa que gostaria de informar é que o Presidente da Câmara chamou os partidos da oposição para os ouvir e para que fizessem algumas propostas. Foram recebidos individualmente e esteve representado o PSD, pelo Eng.º João Brito, dizendo que esta nomeação não pertence a nenhum partido político e que se devem distinguir pessoas que tenham feito alguma coisa pelo Concelho. Disse ainda que não tinha nenhum nome para propor e concordou com os nomes que lhe apresentamos.

O CDS esteve representado pelo Sr. António Jorge Caetano e ele também aceitou os nomes propostos.

Chamámos também o representante da CDU e, como vocês sabem, a CDU não tem nenhuma Comissão Política representativa aqui no Concelho e, por isso, o João Dinis tem sido chamado nestas alturas como representante da CDU.

Também reunimos com o PS e com a Sra. Presidente da Assembleia Municipal.

O que temos a dizer é que estas são as medalhas propostas depois de chegarmos a um consenso com todos os intervenientes. Percebo perfeitamente que há pessoas que têm pedido a demissão da Presidente da CCDRC, Dra. Ana Abrunhosa. Reconheço que é nos momentos difíceis que devemos ter coragem para fazer justiça.

Quero dizer-vos o seguinte: Não é por alguns movimentos pedirem “a cabeça” dela que ela cai. A Dra. Ana Abrunhosa é uma pessoa trabalhadora e a proposta desta medalha tem muito a ver com o que se passou a partir dos dias dos incêndios. A Dra. Ana Abrunhosa não pertence ao Concelho de Oliveira do Hospital mas eu não conheço ninguém que tenha feito mais do que ela fez pelo nosso Concelho. Os nossos empresários foram recebidos às vinte, às vinte e uma ou às vinte e três horas e não foi só no nosso Concelho. Foi feito em trabalho gigantesco e, por isso, digo que esta Senhora é de ouro. É uma Senhora que merece essa nossa referência.

Respeito quem não concorda mas acho que há partidos que não têm consciência e até mostraram que o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, que a nomeou para Presidente da CCDRC, e, por aquilo que descrevem, nomeava pessoas incompetentes para estes cargos.

O PSD depois de estar na mesa das negociações, e para estarmos na política temos que ter coragem, porque era mais honesto, por parte do Deputado João Brito, dizer que não concordava e dar as suas razões mas, não o fez e concordou.

Foi o partido do Deputado João Brito, nomeadamente o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho e o CDS, que nomearam a Dra. Ana Abrunhosa para Presidente da CCDRC. Então os vossos partidos colocavam as pessoas nestes cargos por elas serem incompetentes? Digo-vos que este é um caso excepcional porque a Senhora é competente e este Governo manteve-a no lugar devido à sua competência e grande trabalho que ela tem feito.

A Dra. Ana Abrunhosa é uma pessoa estimada por todos os Presidentes de Câmara e digo-vos ainda que a Câmara Municipal de Tábua atribuiu-lhe a medalha de ouro no dia do seu Feriado Municipal.

Os Deputados de Oliveira do Hospital ainda têm tempo para reflectir porque a Dra. Ana Abrunhosa foi candidata pelo PSD à Assembleia Municipal da Meda, que é a sua terra. Há aqui pessoas que deviam ter vergonha quando achincalham as suas pessoas. São extremistas e para eles está sempre tudo mal.

Sei que há aqui pessoas que não são extremistas e que também não acham que está sempre tudo mal e, por isso, não concordam com o comentário que o Deputado João Brito tornou público.

Nós sabemos o que é que os extremistas fizeram na sua vida e até hoje não fizeram nada. Eu conheço e sei muitas coisas!

Meus caros amigos, hoje ao aprovarmos esta medalha, e peço à bancada do PSD que devia reflectir sobre isto, porque a Dra. Ana Abrunhosa é uma pessoa competente e apesar de ser do PSD para mim não me faz diferença nenhuma.

Depois para Medalha de Mérito Municipal propomos o Sr. Fernando Joaquim Nunes Brito, um homem com setenta e quatro anos, que é um exemplo porque com esta idade mostrou uma determinação e genica e por isso acho que o devemos reconhecer.

Também propomos para Medalha de Mérito Municipal a Prof<sup>a</sup>. Maria do Carmo Pontes Abreu e Vasconcelos, a título póstumo. Estive numa cerimónia em sua homenagem, no dia em que ela faria cem anos, e fiquei muito sensibilizado porque ela foi uma mulher enorme.

Propomos também para Medalha de Mérito Municipal uma pessoa que está aqui, o Sr. António Raúl Dinis Costa, devido ao que tem feito pelo sua terra, Lagares da Beira, nomeadamente servir os Bombeiros, servir a Junta de

Freguesia, servir o Lar e IPSS. Tem feito um grande trabalho e tem incentivado a união entre as pessoas. Acho que a atribuição desta medalha é justa e é atribuída no tempo oportuno porque as medalhas devem ser atribuídas às pessoas em vida.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Tudo tem mais ou menos uma ligação e esta Assembleia tem sido assim, as coisas ligam-se umas nas outras.

Neste Ponto V atrevo-me a dizer que os três últimos nomes propostos não oferecerão grande discussão sendo que obviamente a questão que está aqui é a proposta feita pelo Executivo da Câmara relativamente à Medalha de Ouro.

Devo dizer-vos, ainda que arrisque faze-lo com a camisola manchada de outros tempos, que sou do tempo em que nesta Assembleia Municipal o PSD andava muito a reboque do PCP. É inegável para quem cá esteve entre os anos de dois mil e um e dois mil e cinco.

Entre os anos de dois mil e um e dois mil e cinco, efectivamente o PSD andava a reboque do PCP. Não deixa de ser extraordinário como a história se repete e é cíclica porque agora vem fazer exactamente o mesmo. Senão vejamos: Foi aqui dito pelo Sr. Presidente da Câmara que na reunião tida com os partidos políticos ninguém levantou nenhuma objecção a qualquer um dos nomes, nomeadamente à Dra. Ana Abrunhosa. Ninguém levantou nenhuma questão. Ninguém apresentou nenhuma proposta alternativa mas, entretanto o que é que acontece: Qual é o facto Novo?

O facto novo é uma reportagem televisiva que passou na última sexta-feira, dia vinte e quatro. Na última sexta-feira, dia vinte e quatro, há uma reportagem e depois o que é que acontece? As caixas-de-ressonância que aqui estão dentro, e há muitas, vêm dizer que há aqui uma situação em que podem carregar na Câmara forte e feito: Então, vai-se propor a Medalha de Ouro e esta malandra! Vamos lá malhar nisto!

Entretanto é comunicado atrás de comunicado: O PCP vem dizer não concordo com isto e vem fazer umas considerações ligadas a Polícias Políticas de Estados Totalitários e logo a seguir vem o PSD.

Devo dizer que não concordo com a forma como foram chamados os partidos políticos.

Agora, os partidos políticos que nada disseram agora vêm dizer que a Senhora é incompetente mas acontece que a Senhora até foi nomeada por eles e ainda assim é incompetente.

Mais uma vez qual é que é o facto novo? O facto novo é uma reportagem da TVI extremamente tendenciosa e mesmo aqueles que aqui vieram cantar loas à jornalista em causa têm que ter consciência, porque não podem ser más pessoas, em Oliveira do Hospital não há más pessoas e nesta sala também não há, têm que reconhecer que é uma reportagem verdadeiramente acintosa. Mas é a caixa-de-ressonância e é a forma de bater na Câmara e é a forma de bater no Presidente.

Meus amigos, hoje estou aqui a defender a Presidente da CCDRC por aquilo que fez por Oliveira do Hospital e pelo povo Oliveirense.

Devo dizer que é vergonhoso que pessoas que tiveram responsabilidades inclusivamente o Presidente da Concelhia do PSD que publica no *facebook*, certamente por pura coincidência, ontem ao meio dia e vinte e quatro minutos, o seguinte *post*: No Japão o corrupto suicida-se, na China é morto, em Itália é preso, no Brasil é eleito e em Portugal é condecorado.

Meus amigos, é vergonhoso que o Nuno Tavares Pereira, que todos nós conhecemos mas os elementos da bancada do PSD conhecem muito melhor do que todos nós, que já foi Vice-Presidente e Presidente da Comissão Política Concelhia de Oliveira do Hospital do PSD. É vergonhoso!

Como é vergonhoso que venham pedir que os lesados devem manifestar-se aqui no dia sete contra isto.

Acho que de facto os lesados se deviam manifestar, nomeadamente os setenta e quatro empresários e os funcionários desses setenta e quatro empresários era importante que o fizessem.

Mais uma vez digo, entendo que é perfeitamente merecida a atribuição desta Medalha de Ouro e por isso vai ter a minha aprovação.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“Venho expressar a minha declaração de voto relativamente à proposta dos cidadãos a homenagear mas entretanto quero dizer o seguinte: Estou nesta Assembleia por mim e não pelo partido pelo qual fui eleita ou que represento. Acima de tudo o que conta são as minhas convicções. Se eu achar que alguém não merece estas medalhas tenho o direito de dizer na minha declaração de voto

que não concordo. Nós somos livres e cada um tem a sua opinião e por isso é que o voto é secreto.

Venho expressar a minha declaração de voto na atribuição da condecoração à Presidente da CCDDR-Centro, mesmo a Sra. Presidente tendo sido nomeada pelo partido pelo qual fui eleita, mas ao contrário daquilo que possam dizer, tenho liberdade de opinião e expressão, pelo que a minha declaração de voto é contra a atribuição pois considero que a mesma agiu no estreito cumprimento das suas funções, tendo em conta a situação de calamidade existente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a esta questão, e por aquilo que tenho visto, parece-me que o problema que se passa diz só respeito a um nome. É um nome que foi consensualizado e assistimos hoje, aqui, a uma hipocrisia completa. E estou a referir-me concretamente ao Sr. Presidente da Comissão Política do PSD e Deputado desta Assembleia Municipal.

Bom, quando nós temos gente desta o que é que nós podemos esperar dos políticos? Como é que um político pode ter credibilidade desta forma? Não pode, nem tem! Ele é o representante da segunda força política mais representativa do Concelho e é uma pessoa com estas características. O que é que as pessoas lá fora vão pensar acerca desse partido e acerca dessa individualidade?

Não podem pensar bem porque não têm credibilidade.

Meus amigos, o Sr. Presidente já o disse, o PSD pura e simplesmente porque lhe dá jeito em cada momento aproveitar o andar da carruagem e porque aparecem meio dúzia de vozes a contestar isto e o PSD vai logo aproveitar o andar da carruagem. Para o PSD não interessa o que a Senhora tem feito por Oliveira do Hospital, não interessa o que a Senhora tem feito para os cidadãos, para as empresas. Nada disso interessa!

Para o PSD, e para outros que aí andam, o que interessa é aquilo que foi dito numa reportagem da TVI onde “pediam a cabeça” da Senhora.

Meus amigos, o Partido Socialista não é assim. Nós reconhecemos quem tem valor, quem nos ajuda, quem colabora connosco e nos ajuda a resolver os problemas das nossas populações. Tem sido isso que esta Senhora tem feito. Esta Senhora tem todo o mérito para receber esta Medalha.

Sr. Presidente, dou-lhe os parabéns por homenagear esta Senhora com a Medalha de Ouro de Oliveira do Hospital porque o resto o povo lá fora irá julgar os políticos que por aqui andam, esses arremedos de políticos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui por uma questão de coerência e porque os Deputados do Partido Socialista têm sido desonestos intelectualmente.

Há efectivamente factos óbvios para serem divulgados e, por isso, é com toda a coerência que o Partido Popular tem o dever, e não só o direito, de mudar o sentido de recomendação e dizer, não, à Medalha de Ouro para a Dra. Ana Abrunhosa.

O Partido Socialista escolhe varrer os dados novos que existem para debaixo do tapete e o Partido Popular acha que eles devem ser discutidos.

Caríssimo Presidente, quero dizer-lhe que não tenho nenhum problema pessoal consigo.

Para mim esta atribuição é apenas coroar a inoperacionalidade para não dizer incompetência.

O Sr. Presidente da Câmara apresentou os seus números e tem todo o direito para os apresentar mas o Sr. Presidente da Câmara mais uma vez não percebeu a minha intervenção: Eu disse que nenhum Oliveirense e eu não posso dizer isso e vou reconstruir a frase mas posso dizer que é competência da CCDR-Centro, e tal como disse, o Sr. Presidente mostra aqui a sua cumplicidade com a Presidente da CCDR-Centro que tem essa responsabilidade e não o fez. Peço ao Sr. Presidente da Câmara para mostrar qual foi a habitação, de valor superior a vinte e cinco mil euros, totalmente reconstruída até hoje.

Eu, em representação do Partido Popular informo que o Partido Popular vai votar contra esta nomeação.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui felicitar a Câmara Municipal pela proposta da Medalha de Ouro Municipal à Dra. Ana Abrunhosa.

A Dra. Ana Abrunhosa tem ajudado o interior, nunca nos abandonou e sempre veio ajudar as pessoas a qualquer hora, nomeadamente as setenta e quatro empresas que foram afectadas pelos incêndios. Isso é importante.

Realçava também a proposta da Medalha de Mérito Municipal ao empresário Fernando Brito, com setenta e quatro anos, e que perdeu tudo com os incêndios. É um homem cheio de força e coragem e que está a reerguer a sua empresa. É destes empresários que nós precisamos.

Relativamente à proposta da Medalha de Mérito Municipal ao Sr. Raúl Dinis quero dizer que é uma pessoa que se dedicou à Junta de Freguesia de Lagares da Beira, às Associações, aos Bombeiros. É uma justa homenagem.

Parabéns à Câmara Municipal por estas propostas.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2018.

O PSD opõe-se à atribuição da Medalha de Ouro a Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão, Presidente da CCDR. Atendendo ao exposto no Regulamento dos Galardões Municipais de Oliveira do Hospital, podemos ler: Capítulo I - Finalidades e Designações. Artigo 1.º - Os galardões Municipais destinam-se a distinguir Personalidades, Instituições ou Organizações Nacionais ou Internacionais que pelo seu prestígio, cargo, ação ou relacionamento com Oliveira do Hospital sejam dignas dessa distinção e ainda a galardoar qualidades profissionais reveladas em serviço por funcionários desta Autarquia.

Capítulo II - Medalha de Ouro de Oliveira do Hospital. Artigo 3.º - A Medalha de Ouro do Concelho de Oliveira do Hospital é concedida a Personalidades e Instituições Nacionais ou Internacionais que tenham prestado serviço de excecional relevância ao Concelho de Oliveira do Hospital

Ora, o PSD não reconhece excecionalidade ao trabalho realizado pela Dra. Ana Abrunhosa. A atual Presidente da CCDR limitou-se a executar tarefas para as quais é remunerada, demonstrando até alguma inércia e falta de transparência na adjudicação das obras em ajuste direto, estando grande parte das mesmas por concluir.

Convém ainda relembrar o executivo que este galardão deverá ser atribuído a personalidades que pelo seu prestígio, cargo, ação ou relacionamento com Oliveira do Hospital sejam dignas dessa distinção! Não nos

parece que uma personalidade acusada de difamação e calúnia ao seu antecessor não deverá sequer ser considerada a ostentar tal título.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui é somente dar conhecimento de um dos galardoados que é aqui proposto: A Prof<sup>a</sup>. Maria do Carmo Pontes de Abreu e Vasconcelos que teria feito no dia sete de julho de dois mil e dezoito cem anos.

A Prof<sup>a</sup>. Maria do Carmo Vasconcelos é uma filha adotiva da Freguesia de São Paio de Gramaços. Foi um exemplo de educação, bondade, sabedoria, simplicidade, servir ao próximo. Foi na vertente de ensino que se destacou, sendo durante muitos anos professora do antigo Colégio Brás Garcia de Mascarenhas. Ajudou sempre as crianças e jovens, abrindo as portas de sua casa para ensinar, explicar, ouvir e acompanhar com a sua inteligência e a sua vasta biblioteca. Foi professora de várias línguas, foi explicadora, deu aulas de piano, foi catequista, e ajudou sempre os mais desfavorecidos. Altruísta e pensou sempre no seu semelhante. Foi amiga, ouvinte e conselheira. Foi Senhora de causas nobres. São poucas as palavras para descrever esta Senhora de coração puro e alma nobre.

Eu, também como filha adoptiva de São Paio de Gramaços, não poderia deixar de prestar aqui homenagem a esta grande Senhora.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho pena que as minhas filhas não estejam aqui porque elas hoje percebiam, perante este debate, porque é que o pai é do Partido Socialista e porque é que é um homem de esquerda.

Relativamente à proposta dos homenageados dizer o seguinte: O Sr. Fernando Brito é uma pessoa que eu estimo. O Raúl Dinis é a personalidade que nós tão bem conhecemos. Quanto à Prof.<sup>a</sup> Maria do Carmo não tive a honra de conhecer.

Relativamente à Sra. Dra. Ana Abrunhosa tive o privilégio de conviver com ela duas vezes em situações que merece a pena realçar: Uma delas foi numa reunião da CCDR em Coimbra onde ela se insurgiu contra tudo e contra todos pelo facto da ineficácia da entrega dos orçamentos para pedidos de reembolso. A outra situação é o facto de ela ter sido atacada, da mesma forma como foi o

nosso Presidente da Câmara, de uma forma que eu acho infame o que me deu mais vontade para ajudar a aprovar a Medalha a atribuir.

Acho que a proposta desta Medalha de Ouro à Dra. Ana Abrunhosa é um ato de coragem do Sr. Presidente da Câmara e, por isso, dou os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo por esta proposta num momento tão difícil, ingrato e injusto que ela está a ser alvo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Vou começar a minha intervenção pela positiva, porque nestas coisas temos que fazer política pela positiva, e quero dirigir-me ao Sr. Raúl: Há uma frase da Maia Ângelo, que é uma escritora que gosto muito, que diz qualquer coisa do género: As pessoas acabam por se esquecer de nós, as pessoas acabam por esquecer o que fizemos mas as pessoas nunca se esquecem daquilo que nós as fizemos sentir.

O Senhor é um exemplo de firmeza no carácter, firmeza nas ideias e é um Português suave e, portanto, a Medalha de Mérito está-lhe muito bem entregue e é com muito gosto que vou votar favoravelmente.

Relativamente à Dra. Ana Abrunhosa eu confesso que fiquei muito satisfeito por falar a seguir ao Deputado João Brito, por quem tenho uma enorme consideração, porque estava com esperança que ele, de alguma forma, negasse que esteve na reunião com o Presidente da Câmara e que não aprovou o nome da Dra. Ana Abrunhosa. Estava com esperança!

Estava com esperança, porque isto assenta na terminologia que o Deputado Rui Monteiro nos veio trazer e demonstrar, porque a única coisa que muda entre a reunião com o Sr. Presidente da Câmara, com o CDS e com a CDU foi de facto a reportagem da TVI.

Isto mostra duas coisas: Se nós admitirmos, apenas por mero exercício académico, que aquela reportagem é verdadeira, nós constatamos que os Senhores não fizeram o vosso trabalho. Porque se nós vivemos na Síria, onde é que Senhores estão para não denunciar isto? Como é que vocês permitem que venha uma jornalista de Lisboa denunciar? Não foram vocês a denunciar aqui na Assembleia Municipal! Foram coniventes, foram cúmplices, são responsáveis pelo estado em que nós vivemos.

Mas a reportagem é falsa, os Senhores sabem que é falsa. E os Senhores não são coniventes, não são cúmplices. Os Senhores são só oportunistas. Esse oportunismo tem de ser denunciado.

Os Senhores inauguraram uma nova forma de fazer política neste Salão Nobre: É a forma do cata-vento. Os Senhores vão para onde sopra o vento.

Há uma crise de liderança no PSD e sabem onde é que essa crise se reflete?

Reflete-se no Vereador Pombo, que sai para não votar, para não dar opinião, e reflecte-se no principal partido da oposição que combina uma coisa e depois faz outra.

Sr. Presidente, isto inaugura um dia novo na sua forma de gerir este Município porque, efectivamente, nós não podemos confiar. Até aqui a política era feita de ética, de princípios, de valores e a partir de agora não pode ser.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, que fez a seguinte intervenção:

“O que eu tenho a dizer ao Sr. Deputado Ramalhete, e peço desculpa porque não compreendo se é uma pessoa que tem uma avença ou se defende aqui as pessoas lá de fora que votaram em si ou se defende a avença, não sei qual das duas coisas defende mas, independentemente disso tudo, vou ler a intervenção que fiz na reunião de quinta-feira, e que nada sabia da entrevista e do programa que apareceu na sexta-feira: “*Sr. Presidente, se me é permitido concluir, e face à proposta agora apresentada, tem mais medalhas o Município para distribuir do que personalidades para distinguir que se enquadrem no Regulamento Municipal definido e aprovado por esta Autarquia.*”

*Pelos hipotéticos critérios por V. Exa. definidos encaixaria com mais facilidade a Exma. Sra. Provedora da Justiça, que definiu muito bem os valores das indemnizações a atribuir às famílias e às vítimas com gravidade do incêndio de 15 de outubro, do que a Sra. Presidente da CCDR-C. Face a esta minha declaração lógico será que não participarei nesta votação.”*

Foi por isso que não participei.

O Sr. Raúl é uma pessoa excelente e deve ser medalhada mas como ele há dezenas pelo Concelho. Todas as Freguesias têm uma pessoa que deve ser medalhada.

O Sr. Brito, muito bem, também deve ser medalhado mas eu lembro o Eng.º de Vila Franca que começou a laborar muito antes dele, e com dinheiros próprios, e não foi medalhado.

Não vamos para aqui fazer cenários!

A Prof.<sup>a</sup> Maria do Carmo, medalhassem-na em vida. Aí, sim, teriam o meu apoio mas a Senhora morreu há sete anos!

E por aqui me fico, meus Senhores!”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que não se tem que vir para aqui fazer “bate boca” nem “lavar roupa suja” mas tenho que dizer ao Sr. Deputado da Assembleia Municipal, João Ramalhete, que eu não sou cata-vento, não ando ao sabor do vento, nem da maré, de um lado para o outro. Questões internas relativamente à escolha, ou não, do Sr. Deputado João Brito, quando foi chamado ao Sr. Presidente da Câmara, ter dito que sim, ou que não, a quem estava, não interessa se eu fui tida ou achada.

Eu vim dizer a minha opinião e foi isso que eu vim defender.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não vou permitir que estejam todos aqui com acertos. Está claro qual é a posição do PSD. Já se exprimiram sobejamente.

Acho que a conversa que se está a ter aqui não dignifica este Órgão. Não confundamos democracia com estarmos aqui com “bate bocas”.

Está esclarecido. Os Senhores já se posicionaram, já explicaram e votam como entendem.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria dar aqui um esclarecimento e que é o seguinte: A Dra. Ana Abrunhosa enquadra-se no regime de excepção do Regulamento dos Títulos Honoríficos tendo em conta o trabalho que ela fez no que diz respeito aos incêndios e com a relação que ela tinha com Oliveira do Hospital nas diferentes decisões no âmbito do PEDU.

Deixei que o Sr. Vereador João Paulo Albuquerque fizesse a intervenção porque ele não participou na votação mas na visão de algumas pessoas do PSD as medalhas são só para aqueles que estão no céu mas como há muitos no inferno e também têm direito a elas nós damos-las a essas pessoas.

Depois há aqui outra coisa que o Sr. Vereador João Paulo Albuquerque disse que não é verdade: O Dr. João Ramalhete não é avençado na Câmara Municipal. Quem é avençada é uma empresa que presta serviços. É preciso sermos verdadeiros e, por isso, o Dr. João Ramalhete não é avençado

individualmente quem é avençada é uma empresa onde ele presta também alguns serviços porque estava integrado nesse escritório de advogados.

Mas não há problema, a empresa onde o Dr. João Ramalhete presta serviços continua a ser a avençada porque consigo ainda não perdemos nenhum processo, mas deixei-me dizer que as avenças que temos são um décimo daquelas que tinha o PSD. O filho do Eng.º Carlos Portugal é que era o avençado desta Câmara Municipal no tempo do PSD e no tempo do Prof. Mário Alves.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, e depois de efetuada a votação nominal por escrutínio secreto relativamente ao Ponto V - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2018, foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com sete votos contra e com uma abstenção, atribuir a Medalha de Ouro Municipal à Exma. Sr.ª Dra. Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão;

De igual modo foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Fernando Joaquim Nunes de Brito;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal a título póstumo à Exma. Sr.ª Prof.ª Maria do Carmo Pontes Abreu e Vasconcelos;

Também foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria, com um voto contra, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. António Raul Dinis Costa.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte declaração e voto:

“Venho fazer uma declaração de voto contra a atribuição da Medalha de Ouro à Dra. Ana Abrunhosa porque acho que ela não fez mais do que aquilo que os Órgão Autárquicos fizeram, não fez mais do que aquilo que alguns Presidentes de Junta fizeram, não fez mais do que os donos das empresas fizeram. Acho que o mérito deve ser repartido por igual. Não vejo nela mais mérito do que em todas as pessoas que referi.”

De seguida foram apresentados e discutidos em conjunto os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto VI - Apreciação e votação da proposta de Fixação da Taxa do IMI para o ano de 2019, nos termos do nº 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2019 em função do número de dependentes.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao valor das receitas do IMI prevista para 2019 ainda não há números definitivos mas, como sabem, defendo a manutenção da taxa do IMI em 0,35% para 2019 porque há uma quebra nas receitas. As casas que arderam estão isentas de IMI e há também mil quinhentos e trinta e três agregados familiares que vão usufruir da redução da taxa de IMI em função do número de dependentes.

Havia a possibilidade de reduzir em 1% a taxa de IMI mas, se reduzíssemos 1% no IMI, esta redução era equivalente ao valor das receitas dos mil quinhentos e trinta e três agregados familiares que irão beneficiar da redução da taxa.

As receitas do IMI têm vindo a cair, o ano em que tivemos mais receitas de IMI foi em 2015, tivemos quase dois milhões de euros de receita. Em 2017 o valor da receita já era de cerca de um milhão e oitocentos mil euros. Agora vai haver ainda mais redução de receita.

Dentro de uma política de equilíbrio financeiro para o Município defendo manter a taxa de 0,35% para o IMI que é uma taxa que se mantém desde o tempo do PSD.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto VI a minha intervenção é a seguinte: A autonomia tributária constitui um aspeto essencial da autonomia local, competindo a esta Assembleia, enquanto órgão deliberativo, definir a política fiscal do Município

A subida ou a descida da carga fiscal não é um fim em si mesmo, devendo, por seu turno, constituir um meio para garantir objectivos políticos.

A política fiscal do Município deve ser o resultado da conciliação e ponderação de vários princípios, sendo que as escolhas que este órgão faz são naturalmente políticas.

Em especial devem ter-se em conta, por um lado, a sustentabilidade do financiamento do Município e, por outro, os benefícios resultantes dos incentivos que se dão às pessoas com a baixa ou aumento dos impostos.

A autonomia tributária, além de instrumento de política financeira, deve ser um instrumento na prossecução de políticas sociais e de garantia de justiça social.

As propostas apresentadas pela Câmara Municipal relativamente ao imposto Municipal sobre imóveis consubstanciam uma ponderação equilibrada de vários objectivos políticos.

A fixação da taxa em 0,35% constitui uma medida fiscal que garante às famílias e empresas um rendimento relevante, representando uma poupança de cerca de 22,2% do valor máximo de imposto admissível.

Para exemplificar: Quem com uma taxa de 0,45% paga de IMI 450 euros, com uma taxa de 0,35% paga de IMI cerca de 350 euros, o que representa uma poupança de 100 euros.

De facto o Município com a actual política fiscal tem garantido às famílias e às empresas um rendimento superior a meio milhão de euros disponível para ser injectado na economia local.

Desta forma, a proposta da Câmara Municipal merece o meu voto favorável e deve merecer o voto favorável desta Assembleia.

Relativamente ao Ponto VII a minha intervenção é a seguinte: A proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes que a Câmara Municipal apresenta a esta Assembleia vem na continuidade da que votámos anteriormente.

Com esta proposta aprofunda-se o caminho da redução da carga fiscal, agora em função do número de dependentes o que beneficia as famílias numerosas.

Assim a uma redução da taxa de IMI em 22,2% face ao valor máximo admissível, agora reduz-se em montantes fixos.

Retomando o exemplo que tive há pouco a oportunidade de apresentar, com esta redução pode-se ir de uma redução da taxa de 100 euros até 170 euros.

Ou seja: Quem com uma taxa de 0,45% para de IMI 450 euros, com uma taxa de 0,35% paga de IMI cerca de 350 euros, em função do número de dependentes, pode vir a pagar 330 euros, 310 euros ou 280 euros.

A aprovação desta redução é a concretização de uma política fiscal de apoio às famílias numerosas e, dessa forma, a concretização de uma política fiscal de incentivo à natalidade.

Desta forma, a proposta da Câmara Municipal merece o meu voto favorável e deve merecer o voto favorável desta Assembleia.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto VI a minha intervenção é a seguinte:

O meu antecessor falou numa redução de 22,2% mas que eu saiba esta taxa já se mantém inalterada há muitos anos. Essa redução já foi feita há muitos anos, e foi no tempo do PSD, foi há nove ou dez anos.

Acontece, que a taxa de IMI para o próximo ano, proposto pelo Executivo Municipal é a mesma que já advém de alguns anos.

A taxa de IMI compreende a dos prédios rústicos e urbanos, sendo a dos rústicos fixa em 0,8% e a dos urbanos dentro do intervalo de 0,3% a 0,45%.

Acontece que só a dos prédios urbanos é que os municípios fixam a respetiva taxa, dentro daquele intervalo. À rústica não se pode fazer qualquer correção. Como nós sabemos, a propriedade rústica neste concelho foi quase devastada pelo incêndio de 15 de outubro passado.

É certo que o IMI pago pela propriedade rústica, em relação à urbana é muito reduzida, mas mesmo assim, ainda tem algum peso nos impostos.

Como sabemos, de acordo com o código do IMI, os proprietários cujas propriedades rústicas e urbanas arderam, teriam de comunicar às Finanças esta nova situação, nos termos do nº 6 do artigo 130º do mesmo código, com a consequente redução do seu valor patrimonial tributário.

Não sei se algum proprietário teria feito esta reclamação, e se o fizeram, foi um número muito reduzido, o que mantém a cobrança do IMI, quase inalterável.

Como sabemos os valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos são atualizados trienalmente, nos termos do nº 1 do artigo 138º do mesmo Diploma. Nós sabemos, que somente uma pequena parte de proprietários é que pede uma nova avaliação para a redução do valor patrimonial dos imóveis.

Assim, face ao que aqui foi exposto, proponho, que na realidade seja fixada a taxa do IMI para o ano de 2019 em 0,33%, o que compensaria a ajuda aos proprietários que ficaram na sua maioria com a propriedade rústica

destruída e seria uma reposição de justiça pela compensação dos inúmeros prejuízos a que foram sujeitos.

Se se mantiver a taxa proposta para o ano de 2019 de 0,35%, o Grupo Parlamentar do PSD votará contra.

Queria ainda referir que a taxa de IMI dos concelhos limítrofes, de Tábua e Arganil, é de 0,30%.

Relativamente ao Ponto VII a minha intervenção é a seguinte: Esta redução da taxa municipal do imposto sobre imóveis, a aplicar a prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que compõem o respectivo agregado familiar, decorre do artigo 112º-A do CIMI, aditado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março.

Como decorre da Lei e vai beneficiar os agregados familiares mais numerosos, iremos votar a favor esta pretensão.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Tivemos aqui duas intervenções bastante técnicas e explicativas, quer a intervenção do Tiago quer a intervenção do Sr. Esteves.

O Município teve em atenção a situação económica do Concelho e das famílias.

O Município mantém o valor de 0,35% para a taxa de IMI porque na realidade as receitas vão baixar porque há menos contribuintes a pagar IMI e porque muita pessoas estão isentas devido aos incêndios nas habitações. Por outro lado as famílias numerosas também vão pagar menos IMI.

Os Deputados do Partido Socialista estão de acordo com esta proposta de fixação em 0,35% da taxa do IMI e também estão de acordo com as propostas de redução da taxa de IMI em função do número de dependentes e, por isso, votamos favoravelmente as propostas apresentadas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Os representantes do PSD, nomeadamente o João Esteves, não explicaram tudo.

No passado o Governo do PSD/CDS retirou autonomias às autarquias e retirou a competência à Assembleia Municipal para aplicar a taxa de IMI e fixou-a em 0,50%.

Hoje vem aqui o João Esteves que fez parte da Assembleia Municipal, no tempo do PSD, e nunca pediu a redução da taxa do IMI, na altura que havia dinheiro. O João esteves esteve cá na altura em que havia mais dinheiro e eu também cá estava na oposição e eu nunca pedi a redução do IMI.

Eu sei, isto é fácil: Nós retiramos os cem mil euros que a Câmara dá às Juntas de Freguesia e aceitamos a proposta do PSD para baixamos o IMI e os Srs. Presidentes de Junta aceitam isso? Os Srs. Presidentes de Junta aceitam que se retire autonomia às Juntas de Freguesia?

Esta proposta do PSD para baixar o IMI é demagogia.

Por um lado o PSD critica porque não deve haver subsídios para as Juntas e agora para baixarmos o IMI, eu tenho uma proposta e se os Srs. Presidentes de Junta aceitarem, retiramos os cem mil euros que a Câmara dá e baixamos os 0,02% no IMI. Olhando para as caras dos Presidentes de Junta percebo que não estão disponíveis.

Dizer ainda que há mil quinhentos e trinta e três agregados familiares que têm filhos e nós também podemos baixar a taxa de IMI se deixarmos de apoiar estes agregados familiares com famílias numerosas mas eu acho que a taxa de 0,35% é uma taxa justa.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Penso que tem de haver discussão e que todos percebem que tem de haver receitas para poder haver distribuição até porque milagres ninguém faz.

Parece-me bem o princípio de se beneficiarem os agregados com crianças ainda para mais se queremos chamar pessoas para o interior.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,35% para o ano de 2019, nos termos do nº 5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que foi aprovado por maioria, com três votos contra e uma abstenção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI para o ano de 2019 em função do número de dependentes, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito obrigada a todos. Desejo-vos um bom fim de semana, um bom regresso a casa, e que continuemos a debater os interesses do nosso Concelho com espírito construtivo.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e quarenta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim  
\_\_\_\_\_ Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente) \_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

(Segundo Secretário) \_\_\_\_\_